

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIA DE LOURDES VIEIRA

**OS DESAFIOS DE SE PENSAR FILOSOFICAMENTE O ENSINO DE  
FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO**

Maceió

2014

MARIA DE LOURDES VIEIRA

**OS DESAFIOS DE SE PENSAR FILOSOFICAMENTE O ENSINO DE  
FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Walter Matias Lima.

**Maceió**  
**2014**

Universidade Federal de Alagoas  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

Os desafios de se pensar filosoficamente o ensino de filosofia no ensino médio

**MARIA DE LOURDES VIEIRA**

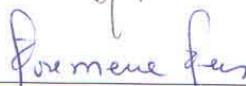
Dissertação submetida a banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 04 de novembro de 2014.

Banca Examinadora:



---

Professor Doutor Walter Matias Limas (PPGE/CEDU/UFAL)  
(Orientador)



---

Professora Doutora Rosemeire Reis da Silva (PPGE/CEDU/UFAL)  
(Examinadora Interna)



---

Professor Doutor Alexandre Torres Fonseca (PPGH/UFAL)  
(Examinador Externo)

A Deus, a minha família e em especial a minha irmã Luzia...

Companheiros de todas as horas...

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me manter no caminho, apesar das adversidades que sempre aparecem no nosso caminhar e também por dar saúde e alívio nos momentos que precisava escrever.

Ao Professor Pós-Doutor Orientador Walter Matias Lima, pelo apoio, motivação, conselhos e pela amizade e acima de tudo compreensão.

A minha família pelo amor incondicional e paciência em todos os momentos, principalmente nas horas de estresse...

A minha mãe pela luta e incentivo para nos educar e diariamente nos incentivar a buscar superar nossos desafios e alcançar nossos objetivos.

Ao meu pai in memoriam.

A minha irmã Luzia pela sua criticidade e apoio nos momentos mais decisivos...

Aos professores do curso pelos ensinamentos nas aulas.

Aos professores Alexandre Torres e Rosemeire Reis da Silva pelas orientações e sugestões.

A FAPEAL por todo apoio dado à concretização do mestrado.

“Seria muito frutífero, do ponto de vista pedagógico, ensinar a escrever do que ensinar a ler. Mas o que interessa mesmo é ensinar a pensar filosoficamente, e isso só pode fazer quem filosofa.”

PALACIOS, G. A. De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio.

## RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma reflexão sobre os desafios de se pensar filosoficamente o ensino de filosofia no ensino médio. Buscou-se esboçar o retrato do ensino de filosofia após sua inclusão no Ensino Médio, em 2008, refletindo sobre o processo como se desenvolveu a sua inserção no Ensino Médio, proporcionando entendimento acerca de que modo o ensino de filosofia é visto pelos professores e alunos de escolas públicas estaduais, abordando os aspectos através dos quais o ensino de filosofia pode contribuir para o “educar a si mesmo”, com a construção de um pensamento esclarecido. A metodologia utilizada foi de natureza quanti-qualitativa, e como instrumentos de coleta de dados foram utilizados entrevista semiestruturada junto a professores de filosofia e questionários junto a alunos do ensino médio. Utilizou-se como referencial teórico autores como Gilles Deleuze, Silvio Gallo, Alejandro Cerletti e Renata Aspis. Apresenta-se como resultados dessa pesquisa o delineamento do ensino de filosofia após sua inclusão nos currículos escolares do dessas escolas; enfatizando a visão de professores e alunos envolvidos no ensinar e aprender filosofia em três escolas públicas estaduais de Santana do Ipanema/AL; bem como, citando os desafios do processo de ensino e aprendizagem de filosofia, pensando esse ensino como momento significativo para a formação do indivíduo em experiência cidadã.

**Palavras-chave:** Educação. Ensino Médio. Ensino de Filosofia

## RESUMEN

Esta investigación presenta una reflexión sobre los desafíos del pensamiento filosófico de la enseñanza de la filosofía en la Educación Secundaria. Buscó a dibujar el retrato de la enseñanza de la filosofía después su inclusión en la escuela secundaria, en 2008, reflexionando sobre el proceso que desarrolló su integración en la escuela secundaria, ofreciendo comprensión de cómo se ve la enseñanza de la filosofía por profesores y estudiantes de escuelas públicas, abordando aspectos a través del cual la enseñanza de la filosofía puede contribuir a 'educarse', con la construcción de un pensamiento ilustrado. Fue utilizado como autores de referencia teórica: Gilles Deleuze, Silvio Gallo, Alejandro Cerletti y Renata Aspis. La metodología utilizada fue cuantitativa y cualitativa, y como herramientas de datos de investigación se utilizaron entrevistas semi-estructuradas con los profesores de la filosofía y los cuestionarios a lo largo de los estudiantes de secundaria. Presenta los resultados de la investigación del experimento de la enseñanza de la filosofía después su inclusión en los programas escolares de las escuelas, haciendo hincapié en la visión de los docentes y estudiantes involucrados en la enseñanza y aprendizaje de la filosofía en tres escuelas públicas de la ciudad de Santana Ipanema/AL; así, citando a los desafíos de la enseñanza y el aprendizaje de la filosofía, pensando en la enseñanza como un momento importante para la formación de la experiencia de la ciudadanía.

**Palabras-clave:** Educación. Educación Secundaria. Enseñanza

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1 ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO .....</b>	<b>9</b>
1.1 Discussão sobre o ensino de Filosofia e as interfaces da legislação nesse ensino.....	9
1.2 Formação do professor de Filosofia: delineamento precípua.....	20
<b>2 PENSAR FILOSOFICAMENTE .....</b>	<b>31</b>
2.1 A Filosofia e a criação de conceitos.....	31
2.2 O pensamento e o pensar por si mesmo.....	35
2.3 A criação de conceitos no ensino de filosofia .....	37
<b>3 O ENSINO DE FILOSOFIA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL E OS DESAFIOS DE PENSÁ-LO FILOSOFICAMENTE.....</b>	<b>42</b>
3.1 Ensino de Filosofia na rede pública estadual.....	42
3.2 Um olhar sobre os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas estaduais de nível Médio de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas.....	43
3.3 Um olhar sobre o que dizem os professores de filosofia do Ensino Médio de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas .....	50
3.4 Uma amostra do que dizem os alunos do Ensino Médio de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas.....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

Para iniciar este trabalho, pensado por uma educadora decidida em se enveredar pelo mundo da filosofia, nada mais justo que iniciá-lo assumindo o conceito de filosofia, como este aparece na obra de Deleuze e Guattari. No ano de 1991, Deleuze e Guattari lançaram o livro *O que é Filosofia?* No início desse livro eles falam que expuseram essa questão tardiamente, quando chegaram à velhice, mas nunca a deixaram de fazer, apesar de já a terem feito, como já sabiam, a resposta não se modificou, pois “a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos” (DELEUZE E GUATTARI, 1992, p.10).

Sobre o sentido da filosofia, Deleuze e Guattari afirmam que ela não é reflexão, pois qualquer um pode refletir, ou seja, não é uma atividade exclusiva da filosofia. Deleuze e Guattari afirmam que, a filosofia:

não é contemplação, nem reflexão, nem comunicação, mesmo se ela pode acreditar ser ora uma, ora outra coisa, em razão da capacidade que toda disciplina tem de engendrar suas próprias ilusões, e de se esconder atrás de uma névoa que ela emite especialmente. Ela não é contemplação, pois as contemplações são as coisas elas mesmas enquanto vistas na criação de seus próprios conceitos. Ela não é reflexão, porque ninguém precisa de filosofia para refletir sobre o que quer que seja: acredita-se dar muito à filosofia fazendo dela a arte da reflexão, mas retira-se tudo dela, pois os matemáticos como tais não esperaram jamais os filósofos para refletir sobre a matemática, nem os artistas sobre a pintura ou a música; dizer que eles se tornam então filósofos é uma brincadeira de mau gosto, já que sua reflexão pertence a sua criação respectiva. E a filosofia não encontra nenhum refúgio último na comunicação, que não trabalha em potência a não ser de opiniões, para criar o "consenso" e não o conceito. (1992, p. 14)

Desse modo, Deleuze e Guattari expuseram que a filosofia não é contemplação, nem reflexão e nem mesmo comunicação, pois estes termos não são disciplinas e sim aspectos universais que estão presentes em todas as disciplinas.

Hodiernamente, a filosofia tem seu lugar demarcado e sua contribuição à sociedade. A filosofia está rodeada de problemas e, ao mesmo tempo, da existência dos problemas são criados conceitos, sendo o processo de criação o exercício da filosofia.

Dada à sua essencialidade no desenvolvimento humano, a filosofia faz parte, atualmente, do currículo da educação básica. Assim, é necessária uma abordagem acerca do processo de idas e vindas da filosofia no currículo escolar, uma vez que nos leva a entender o seu processo histórico.

De acordo com as diretrizes curriculares da educação básica do Governo do Paraná (2008):

(...) um dos objetivos do Ensino Médio é a formação pluridimensional e democrática, capaz de oferecer aos estudantes a possibilidade de compreender a complexidade do mundo contemporâneo que se manifesta quase sempre de maneira fragmentada levando o estudante a não renunciar um saber que opere por questionamentos, conceitos num espaço-temporal e sócio-histórico em que se dá o pensamento e a experiência humana.

Com isso, explica-se a presença da filosofia como disciplina no currículo do Ensino Médio, o que permite aos jovens experimentarem “pensar por si mesmos”. Nesse contexto, enfatiza-se os desafios de pensar filosoficamente o ensino da filosofia com destaque para sua importância no Ensino Médio. Para isso, objetivou-se: apontar métodos através dos quais os professores de filosofia podem contribuir para o processo de formação dos jovens; abordar como é praticado o ensino de filosofia na educação pública, abordar o trabalho do professor de filosofia frente às dificuldades do próprio ensino, à legislação vigente e os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas; enfim, abordar como é visto e vivenciado o ensino da filosofia por professores e alunos do ensino médio na rede pública estadual, enfatizando os desafios de se pensar filosoficamente esse ensino.

O que me instigou a pensar sobre o ensino de filosofia foi uma curiosidade de como a filosofia conseguia exercer o poder de busca por respostas nas pessoas. No ensino médio não tive essa disciplina no currículo escolar devido ter feito um curso técnico. Então, aumentou-me mais a vontade de conhecer a filosofia, pois entendia que a filosofia tinha a capacidade de promover transformações nas pessoas e torná-las melhores. Esperançosa de ver esta disciplina na minha graduação de Pedagogia deparei-me com uma filosofia mais voltada para questões partidárias que, a meu ver, fugia das questões filosóficas. Já na segunda graduação, curso de Administração, encontrei uma filosofia voltada para a História da Filosofia e que

ainda não era o que eu esperava. Ao retomar meu foco para educação, após concluir essas duas graduações, vislumbrei no mestrado, uma oportunidade de pesquisar sobre a filosofia no Ensino Médio, etapa final da educação básica na qual os alunos por estarem concluindo seus estudos básicos, supostamente, já têm discernimento para exercitarem o pensamento e estão numa fase de muitas dúvidas e decisões.

Na verdade, está sendo um desafio muito grande compreender o que é a filosofia, pois, como informei, não sou formada em filosofia, porém, quero entender a filosofia e o seu ensino, e, de modo mais específico, na visão de Deleuze e Guattari; o que torna mais laboriosa e desafiante a minha empreitada: de compreender a filosofia através da criação de conceitos, bem como, entender a abordagem de Silvio Gallo, visto que este filósofo brasileiro aborda problemas do ensino da filosofia através de conceitos deleuzianos e sua aplicabilidade na educação escolar. Deleuze e Guattari trazem essa visão de maneira ampla e Gallo traz essa abordagem voltada para a educação no sentido mais amplo do termo.

Para tanto, este trabalho traz como referencial teórico Deleuze e Guattari com uma abordagem do que é filosofia. Segundo esses autores, a filosofia é a disciplina que consiste em criar conceitos.

Não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles. Tem portanto uma cifra. É uma multiplicidade, embora nem toda multiplicidade seja conceitual. Não há conceito de um só componente: mesmo o primeiro conceito, aquele pelo qual uma filosofia “começa”, possui vários componentes, já que não é evidente que a filosofia deva ter um começo e que, se ela determina um, deve acrescentar-lhe um ponto de vista ou uma razão. (DELEUZE E GUATTARI, 1992, p. 27)

Nesse sentido, infere-se que conceitos são complexos, uma vez que não são tão simples. Outro aspecto é a característica do conceito possuir uma história, pois insere-se numa multiplicidade de acontecimentos e operacionalizações e do fato de não existir conceito de um só componente, isso remete a um acontecimento anterior que, por sua vez, ao tentar criar um novo conceito deve sempre acrescentar um ponto de vista ou uma razão, pois o conceito é criado em um campo de problematizações. “Num conceito, há, no mais das vezes, pedaços ou componentes vindos de outros conceitos, que respondiam a outros problemas e supunham outros planos.” (DELEUZE E GUATTARI, 1992, p. 29-30)

A criação de conceitos surge a partir do levantamento de questionamentos, problemas e ideias que um filósofo vai situando. Assim sendo, um filósofo cria um conceito para responder, e tentar resolver um problema.

Como referencial teórico, este trabalho traz alguns pensadores: Alves (2002), Araldi (2005), Aspis e Gallo (2009), Carvalho (2008), Cornelli; Danellon (2003), Fávero; Rauber; Kohan (2002), Gallo (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2009, 2011), Gelamo (2009, 2010), Gonçalves (2005), Guido (2000), José (2004), Kohan (2000), Lima (2000; 2002), Marcondes (2004), Martins (2000), Matos (2003), Silveira (1994), Souza e Cirino (2011), dentre os brasileiros destaca-se Gallo, por trazer à discussão a criação de conceitos voltada para a Educação.

Para os ingressantes no mundo da filosofia, como eu e muitas outras pessoas que irão ler este trabalho, faz-se necessário apresentar características do conceito, na tentativa de auxiliar no seu entendimento.

(...) Assim, pois, a questão da filosofia é o ponto singular onde o conceito e a criação se remetem um ao outro. Os filósofos não se ocuparam o bastante com a natureza do conceito como realidade filosófica. Eles preferiram considerá-lo como um conhecimento ou uma representação dados, que se explicam por faculdades capazes de formá-lo (abstração ou generalização) ou de utilizá-los (juízo). Mas o conceito não é dado, é criado, está por criar; não é formado, ele próprio se põe em si mesmo, autopoisição. As duas coisas se implicam, já que o que é verdadeiramente criado, do ser vivo à obra de arte, desfruta por isso mesmo de uma autopoisição de si, ou de um caráter autopoético pelo qual ele é reconhecido. Tanto mais o conceito é criado, tanto mais ele se põe. O que depende de uma atividade criadora livre é também o que se põe em si mesmo, independentemente e necessariamente: o mais subjetivo será o mais objetivo. (DELEUZE E GUATTARI, 1992, p. 20)

Gallo interpreta muito bem o que Deleuze e Guattari falam sobre a criação de conceitos, pois como está no livro *O que é Filosofia?*, parece até que já está presente no dia-a-dia das pessoas como se fosse óbvio, mas não o é. É algo que precisa ser perguntado e explicado filosoficamente (racional e argumentativamente): o que é o conceito de conceito, quais as condições e possibilidades de sua produção. Veremos mais no decorrer deste trabalho.

A metodologia utilizada, foi quanti-qualitativa e os instrumentos de coleta de dados foram questionários aplicados a alunos do Ensino Médio e entrevista semiestruturada realizada com professores de filosofia das escolas participantes desta pesquisa.

Foram escolhidas as 3 escolas estaduais de Nível Médio existentes na cidade de Santana do Ipanema/AL: Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão, Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis, e Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva. Essas escolas foram escolhidas por ofertarem a disciplina de filosofia no currículo escolar, por serem escolas ofertantes do Ensino Médio.

Participaram deste estudo 6 turmas, totalizando 152 alunos do 1º ao 3º Ano do Ensino Médio que responderam ao questionário nas três escolas estaduais existentes na cidade de Santana do Ipanema/AL, com os respectivos professores de filosofia dessas escolas, que totalizam 4 professores.

Diante do exposto, justifica-se a elaboração desta dissertação que está dividida em 3 capítulos. Sendo o Capítulo 1, intitulado Ensino de Filosofia no Ensino Médio, uma discussão sobre o Ensino de filosofia e as interfaces da legislação nesse ensino, desde a ditadura até a nova lei que regulamenta o seu ensino, desencadeando uma reflexão do processo histórico que possibilita entender às idas e vindas da filosofia no currículo escolar. Aborda também, a Formação do professor de filosofia: delineamento precípua. Toma por base o parecer CNE/CES 492/2001 que trata as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em filosofia e outras reflexões sobre o tema em questão, analisando a condição atual da formação do professor de filosofia. Este capítulo tem aporte teórico dos autores: Alves (2002), Cerletti (2003), Fávero; Rauber; Kohan (2002), Gallo (2004; 2006), Gelamo (2010), Gonçalves (2005), Guido (2000), Kohan (2000), Lima (2000), Martins (2000), Obiols (2002), Rodrigo (2007), Silveira (1994), Decretos e Leis correlatos a disciplina de filosofia.

O capítulo 2 discute acerca do Pensar Filosoficamente. Traz reflexões sobre a filosofia e a criação de conceitos, o pensamento e o pensar por si mesmo e a criação de conceitos no ensino de filosofia. Traz como aporte teórico os filósofos franceses Deleuze e Guattari (1992), e os filósofos brasileiros Aspis e Gallo (2009), sendo que estes dois autores brasileiros tratam da filosofia através de conceitos deleuzianos, numa abordagem voltada para a educação.

E por último, o capítulo 3 aborda O ensino de filosofia no município de Santana do Ipanema/AL e os desafios de pensá-lo filosoficamente, traz uma

discussão sobre os dados da pesquisa e esboça o retrato do ensino de filosofia, após sua inclusão nos currículos escolares do Ensino Médio das escolas públicas estaduais de Santana do Ipanema/AL; refletindo sobre o processo de sua inserção no Ensino Médio; tratando do modo como o ensino de filosofia está sendo visto e interpretado pelos professores e alunos dessas escolas; pensando esse ensino como momento significativo para a formação do indivíduo em experiência escolar; traz, outrossim, o debate sobre os desafios do pensar filosófico. Nos últimos anos, após a inserção da filosofia nos currículos, várias pesquisas foram realizadas na área do ensino de filosofia pelas instituições de nível superior do Brasil, no intuito de discutir e apontar novos horizontes para o ensino de filosofia. Constatam-se que os desafios do ensino continuam, a exemplo: a formação do professor, currículo, carga horária, e metodologias. Araldi (2005), Aspis e Gallo (2009), Carvalho (2008), Deleuze e Guattari (1992), Fávero, Rauber, e Kohan (2002), Gallo (2005; 2009), Gallo; Cornelli; Danelon (2003), Gellamo (2009), Leis, Lima (2000), Marcondes (2004), Souza e Cirino (2011) são referências deste capítulo.

Finaliza-se com as considerações finais acerca dos resultados desta pesquisa.

## 1 ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

### 1.1. Discussão sobre o ensino de filosofia e as interfaces da legislação nesse Ensino

O processo de idas e vindas da filosofia no currículo escolar leva-nos a repensar o seu processo histórico, conforme assevera Alves: “Refletir sobre o estado atual da questão da filosofia no novo ensino médio, exige que conheçamos um pouco da história da presença/ausência da filosofia nessa etapa final da educação básica de ensino até hoje no Brasil” (2002, p. 7).

Antes de tudo, é necessário ressaltar que o “ensino de filosofia, no nível médio no Brasil, é tão antigo quanto o próprio ensino médio. Os primeiros colégios fundados pelos jesuítas, ainda no período colonial, já o incluíam em algumas de suas classes”. (Cartolano apud Silveira, 1994, p.77).

Mas que educação é essa que o ensino médio se enquadra?

Atualmente, de acordo com a LDB 9394/94 a educação escolar é composta pelos níveis da educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e pela educação superior. Em destaque as características do Ensino Médio:

(...)Seção IV

Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da

sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008)

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (Revogado pela Lei nº 11.684, de 2008)

§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento) (Revoga do pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

As orientações curriculares para o ensino médio (2006) tratam dos marcos legais para oferta do ensino médio consolidados na LDB 9.394/96. Essas orientações representam um divisor na construção da identidade da terceira etapa da educação básica brasileira, a saber, os marcos legais:

O primeiro diz respeito às finalidades atribuídas ao ensino médio: o aprimoramento do educando como ser humano, sua formação ética, desenvolvimento de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico, sua preparação para o mundo do trabalho e o desenvolvimento de competências para continuar seu aprendizado. (Art. 35)

O segundo propõe a organização curricular com os seguintes componentes:

- base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada que atenda a especificidades regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e do próprio aluno (Art. 26);
- planejamento e desenvolvimento orgânico do currículo, superando a organização por disciplinas estanques;
- integração e articulação dos conhecimentos em processo permanente de interdisciplinaridade e contextualização;
- proposta pedagógica elaborada e executada pelos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino;
- participação dos docentes na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Além desses marcos legais propostos pelas orientações curriculares para o ensino médio, destacam-se: a adoção de metodologias de ensino e de avaliação para estimular a iniciativa dos estudantes, e também a inclusão das disciplinas Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

Após esse breve olhar sobre o Ensino Médio, será feita uma abordagem cronológica sumária a partir da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 4.024/61, apresentando os principais acontecimentos alusivos à presença/ausência da disciplina de filosofia no currículo escolar.

Na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que foi a Lei 4.024/61, a filosofia perdeu sua presença obrigatória no currículo e voltou a ser uma disciplina complementar. Isso devido esta lei ter imputado aos Conselhos de Educação, quanto ao Ensino Médio e suas disciplinas, o seguinte:

Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

No texto da referida Lei é possível observar acerca do Ensino Médio que a estrutura permaneceu a mesma com o ginásial de 4 anos e colegial de 3 anos. O grande destaque foi o sentido que o currículo ganhou com a LDB, ou seja, a descentralização do currículo, uma vez que passou a autonomia de definir o currículo aos Conselhos de Educação e esses iriam indicar as disciplinas complementares e optativas das escolas de cada região. E, no caso específico da filosofia, esta estava presente no rol das disciplinas optativas e cabia aos Conselhos Estaduais de Educação a decisão de integrá-las ou não aos currículos escolares.

Essa lei foi promulgada antes do golpe dos militares em 1964, que instituíram a ditadura como forma de governo, os quais em seus discursos, após o golpe, alegavam que: “as forças armadas se levantaram para salvaguardar as tradições,

restaurar a autoridade, manter a ordem, preservar as instituições (...)” (SAVIANI apud ALVES, 2002, p. 35).

A situação agravou-se no pós-64; explicita Silveira (1994, p. 77), que, “de um modo geral, pode-se dizer que o modelo econômico implantado no Brasil após o golpe de 64 caracterizou-se pela intensificação do processo de acumulação de capital, através da internacionalização da economia brasileira e da contenção salarial”. Para que essa implantação acontecesse, a força foi utilizada; o Estado assumiu “um caráter totalitário transformando-se no Estado de Segurança Nacional, cujo principal suporte ideológico estava na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” (Silveira, 1994, p. 77).

Sobre a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, o autor citado esclarece que foram promovidas algumas alterações no sistema de ensino, mais especificamente:

a supressão de disciplinas humanísticas do currículo do nível médio, entre elas a Filosofia. [...] A segurança implicava em neutralizar tudo o que representasse perigo à ordem estabelecida, visando assegurar um clima de “harmonia” e “paz social” necessário para atrair os investidores estrangeiros e conseqüentemente, propiciar o desenvolvimento almejado (SILVEIRA, 1994, p. 78).

Apesar dessa supressão à disciplina de filosofia, a editora Abril Cultural lançou na década de 1970 a coleção “Os Pensadores” que aborda diversas correntes do pensamento filosófico. Nessa época, não havia muitas publicações na área de filosofia e foi lançada no período que a disciplina havia saído do currículo escolar.

Ainda durante o regime militar, a situação da filosofia como disciplina tornou-se mais grave com os militares e a lei 5.692/71, a qual extinguiu a filosofia do Ensino Médio, observado o disposto no Decreto de Lei 869/69, posteriormente regulamentado pelo Decreto 68.065/71, este dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País e dá outras providências. Então, a disciplina de filosofia foi substituída pelas disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), pois, segundo essa lei, nos estabelecimentos de ensino médio essas disciplinas tinham que ter seus conteúdos

articulados. Conforme o artigo 3º da Lei 68.065/71, a disciplina Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tinha como finalidades:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e de deveres dos brasileiros e o reconhecimento da organização sócio-político econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Parágrafo Único. As bases filosóficas, de que trata este artigo, deverão motivar:

- a) a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;
- b) a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extraclasse e orientação dos pais.

Diante dessas finalidades, o governo considerava a disciplina filosofia “subversiva” para as pessoas, a introdução das disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) seria uma forma de preparar os alunos para uma sociedade submissa que tivesse o culto à pátria e obediência às leis e ao que fosse imposto pelo governo. Atendendo a esse propósito, os alunos não teriam poder de crítica e compreensão dos acontecimentos da sociedade.

Cabe ressaltar que a Lei 5.692/71 trouxe uma vertente profissionalizante a educação; dividiu o currículo escolar em duas grades, sendo um currículo geral obrigatório composto por um conjunto de conhecimentos fixados pelo Conselho Federal de Educação e outra parte diversificada do currículo; e conforme visto, tornou obrigatórias as disciplinas Educação Moral e Cívica e OSPB.

Na verdade, essa foi a forma do governo controlar a sociedade segundo os princípios da mencionada Lei e também, de acordo com Silveira (1994, p.79),

atender ao modelo econômico adotado pelo Brasil, cujos objetivos eram a: industrialização, o real aproveitamento dos recursos naturais, a extensão da rede de transportes e de comunicações para “integrar” o território nacional, o treinamento da força de trabalho especializada para atender às necessidades do processo produtivo. Esse treinamento seria confiado ao ensino, o que nos permite compreender as razões da profissionalização compulsória atribuída ao nível médio (Lei 5.692/71) e o afastamento das disciplinas humanísticas, entre elas, a filosofia.

Passada a repressão militar, a discussão sobre a importância do ensino da filosofia foi sendo resgatada, logo de início, cautelosamente, e em sequência, veementemente, com a chegada da democracia nos anos 80, pela mobilização da expressão pública para a volta da disciplina de filosofia aos currículos do Ensino Médio. Especificamente, houve um forte desempenho dos departamentos de filosofia das universidades para esse retorno (GALLO, 2004).

Logo, as diversas mobilizações para o retorno da filosofia no currículo, resultaram na lei 7.044/82, que alterou dispositivos da lei 5.692/71 e abriu novamente a possibilidade para a volta da filosofia nas escolas, com sua presença a critério das mesmas (MARTINS, 2000).

De acordo com essa nova lei:

Art. 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

(...)

b) as matérias que comporão a parte diversificada do currículo de cada estabelecimento serão escolhidas com base em relação elaborada pelos Conselhos de Educação, para os respectivos sistemas de ensino; (Brasil, 1982)

Entretanto, essa volta da filosofia no antigo segundo grau não atendeu apenas às diversas mobilizações para o retorno da filosofia, serviu também aos interesses do Estado de outra maneira:

(...) com o fracasso da reforma proposta na Lei 5.692/71, avolumavam-se cada vez mais as reclamações por um currículo menos tecnicista e mais humanista. Nesse sentido, a volta da filosofia representava uma demonstração de boa vontade do Estado em relação a esta reivindicação, ao mesmo tempo em que o livrava de uma reformulação estrutural no currículo (SILVEIRA, 1994, p. 87).

Esse mesmo autor frisou que as condições em que se deu esse retorno da disciplina, porém, permitem perceber os limites e o verdadeiro significado do interesse dos setores conservadores, que mudaram de posição passando de inimigos ferrenhos a defensores entusiasmados da volta da filosofia ao segundo grau: a disciplina continuou não sendo obrigatória, o que permitia que muitas escolas não a incluíssem em seus currículos; boa parte das aulas de filosofia acabaram nas mãos de professores formados em outras áreas, o que comprometia a qualidade e a especificidade do trabalho com a disciplina; o número de aulas semanais era bastante reduzido.

Após essa passagem pela Lei 4.024/61, a Lei 5.692/71 e a Lei 7.044/82 é precípuo se perguntar o porquê de tantas idas e vindas acerca do ensino de filosofia no currículo escolar em regimes políticos diferenciados como a democracia, a ditadura e redemocratização.

Responder esse questionamento não é fácil, uma vez que com a Lei 4.024/61 a filosofia perdeu sua obrigatoriedade; e não foi diferente com a Lei 5.692/71 no período dos militares, que só veio a confirmar o que aconteceu na Lei 4.024/61.

Foram inúmeras cogitações, inicialmente veremos algumas conjecturas que levantaram na época: a filosofia era uma disciplina abstrata e complexa, sendo assim, desinteressante para os alunos; que o currículo do segundo grau já estava sobrecarregado pelas disciplinas profissionalizantes; que a filosofia não fazia parte do vestibular e que sendo assim, não tinha condição de manter a referida disciplina do segundo grau; por outro lado, o pessoal do movimento do retorno da filosofia já a considerava uma “filosofia crítica” parte da vida das pessoas. De acordo com Silveira (1994, p. 83), essas justificativas não são válidas para justificar a exclusão da filosofia no segundo grau. Para esse autor:

essa eliminação fazia parte de um conjunto mais amplo de medidas que visavam adequar o sistema de ensino às novas exigências postas pelo modelo econômico e político vigente pós 64. Essas exigências incluíam uma formação profissionalizante básica que atendesse às necessidades de mão-de-obra barata e dócil para a indústria, e uma formação moral e cívica que garantisse a coesão social em torno dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Para ambos os fins, a filosofia não se mostrava muito adequada (SILVEIRA, 1994, p.83).

Abaixo, indícios a partir de Silveira (1994, p. 84 e 85):

1º) Se é verdade que a Filosofia foi, por muito tempo, ensinada de forma acrítica, também é verdade que tal situação poderia modificar. Com efeito, levando-se em conta a participação de professores e alunos universitários de Filosofia no movimento de resistência à ditadura militar, pode-se dizer que o Estado tinha bons motivos para preocupar-se com os filósofos, pois dessa classe sairiam boa parte dos professores de filosofia que atuariam no segundo grau caso houvesse a disciplina no currículo.

2º) (...) Os setores vinculados ao Estado de Segurança Nacional, acusam os articuladores desse movimento de pretenderem fazer a disciplina um instrumento de doutrinação ideológica.

3º) Outro elemento que indica a desconfiança do Estado em relação à Filosofia é o cuidado das autoridades educacionais em controlar de perto o processo de reimplantação da disciplina no segundo grau, nos locais onde isso ocorreu, a partir da década de 80.

4º) A adequação do sistema de ensino ao modelo econômico adotado exigia que a escola atuasse não apenas como formadora de mão-de-obra, mas também como aparelho ideológico do Estado.

5º) (...) Ainda que na prática o ensino de Filosofia talvez não oferecesse grandes perigos, apresentá-lo como perigoso, doutrinário, subversivo, contribuiria para reforçar essa estratégia e para justificar não apenas o afastamento da filosofia, mas também a própria interferência arbitrária do Estado no âmbito educacional.

Nesse momento, o Brasil já não aguentava mais tanto autoritarismo com o militarismo, daí começaram os movimentos e as conquistas, inicialmente com a reforma partidária (1979); as eleições diretas para governadores (1982); as eleições para deputados e senadores (1986); a Assembleia Constituinte, em meio ao processo de transição de democrática do país (1987) e com os debates sobre a Educação.

Mas, um momento marcante estava reservado com a promulgação da Constituição brasileira em 5 de outubro de 1988, documento que estruturou o Estado, criou a formação dos poderes, trouxe a questão dos direitos e deveres do povo brasileiro. Enfim, foi a ruptura com a Constituição de 1967, criada no regime da ditadura. Já os benefícios para a educação foi o impulso juntamente com os movimentos para a criação de uma nova LDB.

Dada a situação em que a filosofia se encontrava, tornava-se cada vez mais premente “a discussão sobre a importância da filosofia no processo formativo, tendo como objetivo recuperar o campo de intervenção social” (GELAMO, 2009, p. 42 ).

A cada momento histórico, a educação passa por modificações estruturais. Sua estrutura e o seu papel são condicionados aos modelos econômico e político vigentes. Nessas transições da educação, diante da atual LDB, lei n. 9.394/96, Martins esclarece que:

(...) o processo de elaboração da LDB atual foi deflagrado pelos setores populares na segunda metade da década de 80, que foi um momento de definhamento do regime militar e ascensão das lutas das camadas subalternas, e ao tempo à reestruturação produtiva que passava o mundo nessa época. Entretanto, no início dos anos 90 a correlação de forças alterou-se e os movimentos sociais organizados passaram por um período de refluxo diante do modelo neoliberal introduzido pelo governo Collor e consolidado por Fernando Henrique Cardoso. (2000, p. 99)

Da promulgação da LDB, lei n. 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, decorre o atual contexto do ensino da filosofia no nível médio com o seu reaparecimento nessa nova LDB. O texto que introduz a filosofia apresenta-se de forma vaga, a saber:

(...)  
 Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:  
 (...)  
 III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (Brasil, 1996)

Essa lei trata a Filosofia e a Sociologia como conhecimentos “necessários ao exercício da cidadania”. Lima (2000, p. 201) esclarece que:

(...) são artefatos que aparecem como se fossem sortilégio, auxiliando na compreensão do que é cidadania. Isso deixa a filosofia em situação ambígua, uma vez que não fica claro qual a posição - em relação ao ensino de filosofia - para a concretização de um objetivo mais amplo que o próprio fazer filosófico possa oferecer ao que chama, na LDB, de exercício da cidadania.

Ainda, Guido (2000, p. 85) elucida:

(...) entenda-se por conhecimentos de filosofia os temas transversais a serem trabalhados pelas disciplinas que compõem a base nacional comum dos currículos escolares da educação básica (artigo 26 da lei 9.394/96), tornando-se desnecessária a inclusão da filosofia na parte diversificada dos currículos. “Frágil filosofia”, retrocedemos mais uma vez aos anos do arbítrio em plena ordem democrática.

Nesse sentido, Gallo (2006, p. 31), assevera que:

No contexto de um currículo disciplinar, a filosofia não pode aparecer apenas “transversalizada”; sem a demarcação daquilo que lhe é específico, não há transversalidade possível; sem a singularidade, perde-se a própria multiplicidade. Isso em termos conceituais. Em termos práticos, sabemos que dizer que a filosofia transversalizada estaria presente em todos os momentos do currículo não passa de uma falácia; nossos professores das diversas disciplinas não são formados para atuar com conhecimentos de filosofia e não teriam condições de fazê-lo.

Conforme disposto na LDB 9.394/96, não se explicita objetivamente sua obrigatoriedade no currículo, resultando na condição inicial de disciplina complementar e, deste modo, podendo ser ofertada ou não pela escola.

Na busca de reformulações da Lei de Diretrizes e Bases, professores e instituições de ensino, envolvidos com a filosofia e a educação, mobilizaram-se para o retorno da disciplina de filosofia nos currículos escolares; o que deu início ao processo de alteração do artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98 em 16 de agosto de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, conforme texto abaixo:

Art. 2º São acrescentados ao artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, os § 3º e 4º, com a seguinte redação:

§ 3º No caso de escolas que adotarem, no todo ou em parte, organização curricular estruturada por disciplinas, deverão ser incluídas as de Filosofia e Sociologia.

Art. 3º Os currículos dos cursos de Ensino Médio deverão ser adequados a estas disposições.

Parágrafo único. No caso do § 3º, acrescentado ao artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, os sistemas de ensino deverão, no prazo de um ano a contar da publicação desta Resolução, fixar as medidas necessárias para a inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo das escolas de Ensino Médio.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (BRASIL, 2006)

(...)

Desencadeando na Lei nº 11.684 de 2 de junho 2008, que altera o art. 36 da Lei nº-9.394 de 20 de dezembro de 1996; promovendo a inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio, conforme exposto:

Art. 1º O art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (BRASIL, 2008)

Em virtude dessa inclusão, veio a Resolução nº 1 de 15 de maio de 2009 que dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, conforme o texto:

Art. 1º Os componentes curriculares Filosofia e Sociologia são obrigatórios ao longo de todos os anos do Ensino Médio, qualquer que seja a denominação e a organização do currículo, estruturado este por sequência de séries ou não, composto por disciplinas ou por outras formas flexíveis.

Art. 2º Os sistemas de ensino deverão estabelecer normas complementares e medidas concretas visando à inclusão dos componentes curriculares Filosofia e Sociologia em todas as escolas, públicas e privadas, obedecendo aos seguintes prazos de implantação:

I - início em 2009, com a inclusão obrigatória dos componentes curriculares Filosofia e Sociologia em, pelo menos, um dos anos do Ensino Médio, preferentemente a partir do primeiro ano do curso;

II - prosseguimento dessa inclusão ano a ano, até 2011, para os cursos de Ensino Médio com 3 (três) anos de duração, e até 2012, para os cursos com duração de 4 (quatro) anos. (BRASIL, 2009)

Assim, deu-se o processo de inserção da filosofia no Ensino Médio. Numa trajetória de recuos e avanços, hoje a filosofia ganha espaço como disciplina obrigatória no currículo escolar do Ensino Médio. Essa obrigatoriedade é positiva, mas nem por isso deixa de ser desafiante. De acordo com as orientações curriculares nacionais (2006):

O tratamento da filosofia como componente curricular do ensino médio, ao mesmo tempo em que vem ao encontro da cidadania, apresenta-se, porém, como um desafio, pois a satisfação dessa necessidade e a oferta de um ensino de qualidade só são possíveis se forem estabelecidas condições adequadas para sua presença como disciplina, implicando a garantia de recursos materiais e humanos. Ademais, pensar a disciplina filosofia no ensino médio exige também uma incursão sobre os cursos de graduação em filosofia, que preparam os futuros profissionais, e da pesquisa filosófica em geral, uma vez que, especialmente nessa disciplina, não se pode dissociá-lo do ensino, da produção filosófica e da transmissão do conhecimento.

Conforme visto nesse capítulo, o retorno da filosofia ao Ensino Médio foi uma conquista da sociedade civil organizada e essa conquista implica novos desafios, ou seja, se antes a luta era sobre a importância da filosofia e o seu retorno, agora nascem novos questionamentos que impulsionam um pensar sobre: qual o sentido da filosofia na educação básica, especialmente no ensino médio; ou, como resolver a máxima kantiana do ensinar a filosofar e não apenas ensinar filosofia. Essas indagações não são objeto dessa pesquisa, mas ao mesmo tempo são precípuas para o desenvolvimento da filosofia, enquanto disciplina obrigatória.

## 1.2. Formação do professor de filosofia: delineamento precípua

Após a obrigatoriedade do ensino de filosofia no Ensino Médio, uma pergunta vem à tona: como acontece a formação do professor de filosofia?

Nesse tópico, será tomado por base o parecer CNE/CES 492/2001, que trata as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em filosofia e traz outras reflexões sobre o tema em questão. Analisar-se-á a condição atual da formação do professor de filosofia, servindo de referencial para a discussão no Capítulo 3 sobre o ensino de filosofia no município de Santana do Ipanema/AL.

Conhecer as diretrizes de um curso de filosofia proporciona para a pesquisa em questão, auxílio para compreender o processo de formação e as competências de um licenciado em filosofia, uma vez que nem todos os professores das escolas públicas estaduais de Santana do Ipanema têm formação em Filosofia.

O parecer CNE/CES 492/2001, texto com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Filosofia, apresenta o perfil dos formandos e o fio condutor que o curso deve proporcionar ao egresso:

Sólida formação de história da filosofia, que o capacite para a compreensão e transmissão dos principais temas, problemas, sistemas filosóficos, assim como para a análise e reflexão crítica da realidade social em que se insere (Brasil, 2001).

Aponta-se que para lecionar essa disciplina, o professor necessita ter formação específica, com sólida formação de história da filosofia.

Segundo Gonçalves (2005), essas Diretrizes, que se destinam a licenciatura e ao bacharelado, apresentam contrariedades para os cursos de Filosofia ao centralizar a formação do licenciado em História da Filosofia, já que acaba não se ocupando de situações concretas do ensino da disciplina de filosofia na escola básica. Tais contrariedades referem-se ao fato de que esses cursos devem preparar os professores para trabalhar com os programas do Ensino Médio que, na sua grande maioria, contemplam problemas filosóficos e não apenas História da Filosofia.

Apesar de a importância dada por vários filósofos ao ensino de filosofia, a exemplo de Kant e Hegel, pois como ressalta Gelamo (2010), esse tema sempre é tratado como um problema de menor importância para a filosofia, tarefa essa deixada para os educadores. Ainda de acordo com Gelamo, algumas razões podem explicar, mas não justificar, o pouco interesse pelos problemas do ensino de filosofia: 1) Raro histórico de cursos de pós-graduação em Filosofia que demonstrem interesse em pensar prioritariamente o ensino de filosofia; 2) Na história da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF) foi observado que desde a sua fundação, em 1983, até 2006 nunca houve um Grupo de Trabalho (GT) que abordasse estritamente o ensino de filosofia. “Somente em 2006 foi criado um espaço para essa discussão com o GT, Filosofar e ensinar a Filosofar”, porém o referido grupo é formado em sua maioria por pesquisadores que estão ligados a pós-graduações em educação. Há “pouca ocorrência de grupos de pesquisa inscritos no CNPQ que se intitulam grupos de pesquisa em ensino de filosofia”.

Deste modo, mostra-se que há pouca discussão acerca do ensino de filosofia pelos próprios filósofos, porém de acordo com Obiols (2002), a atuação dos filósofos no campo educacional, desde os antigos até hoje, não justifica a dicotomia ensino e pesquisa tão enraizada na história como nos Cursos de Filosofia. Este dualismo entre ensino e pesquisa não é algo próprio da filosofia, mas das licenciaturas brasileiras em geral.

Então, o que justifica esse dualismo entre ensino e pesquisa, uma vez que a atividade do ensino esteve sempre presente ao longo da história da Filosofia e sempre presente na vida dos filósofos, desde Platão até os contemporâneos?

Sobre este assunto Gallo e Kohan elucidam que:

Em nossas universidades, geralmente se estimula a formação do “aluno-pesquisador”, considerando-se que as mentes mais lúcidas devem estar a serviço da pesquisa e produção filosófica. No entanto, aqueles que não mostram na visão dos professores – pesquisadores consolidados, qualidades apropriadas para a pesquisa, são aconselhados a dedicar-se ao ensino da Filosofia. Aos que não podem ser “pesquisadores filosóficos” se aconselha que sejam “professores de filosofia”. Essa prática, bastante difundida, tem implicações nada convenientes na concepção da prática pedagógica e na própria constituição da subjetividade do professor de Filosofia (2000, p. 181).

Conforme Cerletti (2003, p. 67), “existe certa dificuldade em considerar o ensino da filosofia como um problema filosófico (uma questão filosófica), e que não seja considerado só como um problema didático ou pedagógico”. Porém, já é vislumbrado um novo caminho sobre as possibilidades do ensino de filosofia. É asseverado que o problema do ensino de filosofia não é um problema pedagógico, mas acima de tudo, uma questão filosófica para ensinar filosofia, tarefa que vai além do conhecimento de metodologias e técnicas de ensino.

Retomando as Diretrizes para os Cursos de Filosofia, Gonçalves (2005) observa que não se referem especificamente ao perfil profissional do professor de filosofia, mas vagamente ao perfil dos formandos, tanto dos bacharéis quanto dos licenciados. O professor de filosofia, de acordo com este preceito, além de consistente formação em História da Filosofia, exigida também para o bacharel, deve estar preparado para provocar no aluno de Ensino Médio o interesse pela reflexão filosófica, permitindo-lhe a análise crítica da realidade em que vive, assim como transmitir aos mesmos “o legado da tradição e o gosto pelo pensamento inovador, crítico e independente” (Brasil, 2001, p. 3).

De acordo com as orientações curriculares para o ensino médio (Brasil, 2006), não se deve realizar no ensino médio uma simplificação ou uma mera antecipação do ensino superior e sim uma etapa específica, com regras e exigências próprias, mas essas só podem ser bem compreendidas ou satisfeitas por profissionais formados em contato com o texto filosófico e, desse modo, capazes de oferecer tratamento elevado de questões relevantes para a formação plena dos nossos estudantes.

Os autores Fávero, Rauber e Kohan (2002, p. 182) problematizam essa realidade apontando as novas demandas existentes:

A filosofia, em seu retorno ao currículo do ensino médio, não deve ser vista como uma solução às mazelas da educação escolarizada. Isso demanda questões e ações mais amplas, com o comprometimento de todos os envolvidos no processo sóciopolítico-educacional. (...) através de profissionais aptos ao exercício do filosofar e da docência da filosofia, (...) poderá fazer com que o aluno desse nível de ensino tenha uma significativa melhora em sua relação com a realidade, situando-se em sua percepção do contexto em que vive, ampliando possibilidades de entendimento, compreensão e contextualização.

Retomando o Parecer CNE/CES 492/2001, os cursos de Licenciatura em Filosofia têm como objetivo principal a formação inicial de professores da educação básica, voltada, sobretudo, para o ensino de filosofia no Ensino Médio.

De acordo com Cerletti (2003, p. 62):

(...) um professor de filosofia é aquele que, acima de tudo, consegue construir um espaço de problematização compartilhado com seus alunos. Ou seja, é alguém que vai muito além de ser capaz de mostrar ou apresentar certas questões filosóficas, ou alguns temas da história da filosofia. Deverá ser então um dos objetivos de todo professor procurar formar pessoas criativas e críticas, que sejam capazes não só de analisar a correção de um raciocínio ou a consistência de uma argumentação, mas também suspeitar dos saberes e práticas que se apresentam como óbvios ou naturais, procurando sobretudo reconhecer as condições que fazem que se apresentem de tal maneira. Poder-se-á encontrar, então, o não dito no dito, ler entre as linhas, pensar alternativas. Ensinar filosofia é antes de mais nada ensinar a ter atitude em face da realidade, diante das coisas, e o professor de filosofia tem que ser, a todo momento, conseqüente com esta maneira de orientar o pensamento.

Gallo apud Souza e Cirino (2011, p. 736) fala da complexidade da formação docente:

A formação do professor de filosofia, quando se dá, acontece por esforço e mérito de professores universitários (...). Ou então acabam ficando a cargo do próprio licenciado, que quando se vê em sala de aula, age intuitivamente, tendendo a buscar como modelos a serem imitados (...). O problema é que o ensino de filosofia na educação média tem suas especificidades e não pode ser simplesmente a transposição do ensino universitário simplificado e/ou diminuído.

Nesse aspecto, Marcondes (2004, p. 64) assevera que:

o grande desafio para o ensino de filosofia consiste em motivar aquele que ainda não possui qualquer conhecimento do pensamento filosófico, ou sequer sabe para que serve a filosofia, a desenvolver o interesse por este pensamento, a compreender sua relevância e a vir elaborar suas próprias questões. O caso mais especial e que demanda maior atenção e cuidado do professor é o ensino de filosofia em níveis iniciais para estudantes do ensino médio.

Marcondes (2004) esclarece ainda que para que esta motivação aconteça no ensino de filosofia no ensino médio é necessário partir dos dilemas e interesses dos estudantes, no caso, partir da realidade, da experiência de vida desses estudantes. Esse mesmo autor sugere que a melhor maneira de ensinar e aprender filosofia é a partir de questões existenciais, uma vez que mostra a continuidade entre filosofia e a vida concreta.

Para Aspis e Gallo (2009, p. 30), a disciplina de filosofia constitui-se “numa forma de organizar, de impor uma ordem. Podemos falar assim, de uma disciplina do pensamento, isto é, na imposição de uma ordem ao pensamento”. Ressaltam ainda que os filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari dedicaram-se a pensar a filosofia e, ao fazê-lo, afirmaram justamente que ela é resultado da imposição de uma disciplina, de uma ordem ao pensamento.

Com base no contexto atual e conforme elucidam Fávero, Rauber e Kohan, é preciso:

Familiarizar o aluno de ensino médio com um modo de pensar sobre aquilo que é aparente, desenvolvendo uma competência discursivo filosófica, construindo e exercitando a capacidade de problematização, a competência de leitura significativa de textos filosóficos, apropriando-se reflexivamente de seus conteúdos, reelaborando-os e contextualizando-os. (2002, p, 178)

Assim, Araldi (2005, p. 45) afirma que: “o professor não pode simplesmente reproduzir ou limitar-se à sequência de temas e questões do(s) livro(s) que escolheu. Não existe neutralidade na postura do professor, como se ele estivesse à margem do que está sendo investigado”. Outrossim, Gallo apud Araldi ressalta que é precípuo:

... escolher uma perspectiva de filosofia que permita um trabalho coerente em sala de aula. A não-escolha clara de uma perspectiva filosófica pode levar a um perigoso ecletismo, no qual se juntam as mais diversas perspectivas e se acaba chegando a resultado algum ou, o que pode ser ainda pior, a um “Frankenstein” mal estruturado... (2005, p. 45).

Aspis e Gallo (2009, p. 75) destacam que “atualmente, os professores de filosofia vivem o problema não só de saber o que e como ensinar, mas o de apresentar a filosofia aos jovens de forma instigante”.

Quanto ao perfil dos formandos em filosofia, o Parecer CNE/CES 492/2001 trata tanto da formação dos licenciados quanto dos bacharéis, a saber:

Deste modo o licenciado deverá estar habilitado para enfrentar com sucesso os desafios e as dificuldades inerentes à tarefa de despertar os jovens para a reflexão filosófica, bem como transmitir aos alunos do Ensino Médio o legado da tradição e o gosto pelo pensamento inovador, crítico e independente.

O bacharel deverá estar credenciado para a pesquisa acadêmica e eventualmente para a reflexão transdisciplinar.

Os egressos podem contribuir profissionalmente também em outras áreas, no debate interdisciplinar, nas assessorias culturais etc.

Segundo o referido parecer, ao se pensar filosoficamente o ensino de filosofia nos remete a pensar uma formação sólida da história da filosofia, habilitando o professor a transitar entre os temas e problemas filosóficos, entendendo a realidade com capacidade para analisá-la e criticá-la.

Esse Parecer traz as Competências e Habilidades que são necessárias ao desenvolvimento da formação do licenciado:

- Capacitação para um modo especificamente filosófico de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento;
- Capacidade de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- Capacidade para análise, interpretação e comentário de textos teóricos, segundo os mais rigorosos procedimentos de técnica hermenêutica;
- Compreensão da importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais;
- Percepção da integração necessária entre a filosofia e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
- Capacidade de relacionar o exercício da crítica filosófica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos.
- Capacidade de leitura e compreensão de textos filosóficos em língua estrangeira;
- Competência na utilização da informática.

Gallo (2002, p. 199), resume que ensinar filosofia é:

(...) um exercício de apelo à diversidade, ao perspectivismo; é um exercício de acesso a questões fundamentais para a existência humana; é um exercício de abertura ao risco, de busca de criatividade, de um pensamento sempre fresco; é um exercício da pergunta e da desconfiância da resposta fácil. Quem não estiver disposto a tais exercícios, dificilmente encontrará prazer e êxito nesta aventura que é ensinar filosofia, aprender filosofia.

Os Conteúdos Curriculares propostos pelo já citado Parecer são:

O elenco tradicional das cinco disciplinas básicas (História da Filosofia, Teoria do Conhecimento, Ética, Lógica, Filosofia Geral: Problemas Metafísicos, - além de duas matérias científicas), tem se comprovado como uma sábia diretriz. Tal elenco vem permitindo aos melhores cursos do País um ensino flexível e adequado da Filosofia.

Entretanto, tendo em vista o desenvolvimento da Filosofia nas últimas décadas, algumas áreas merecem ser consideradas, como: Filosofia Política, Filosofia da Ciência (ou Epistemologia), Estética, Filosofia da Linguagem e Filosofia da Mente.

No caso da licenciatura, deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

Para Cerletti (2003, p. 62):

(...) um professor de filosofia não se constrói apenas cursando algumas matérias pedagógicas, para ele alguém aprende a ser professor deste o momento em que começa a ser aluno, pois ao longo dos anos de estudante vão se internalizando esquemas teóricos, valores educativos, que atuam como elementos reguladores e condicionantes da prática futura.

Assim esse mesmo autor ressalta que:

(...) uma consequência direta que se pode compreender da formação de um professor é um processo permanente é que a responsabilidade dessa formação corresponderá a toda a carreira da filosofia e não simplesmente a algumas matérias didáticas ou pedagógicas. Os saberes práticos que regulam a atividade profissional são adquiridos predominantemente nas experiências concretas nas aulas e na vida institucional. (CERLETTI, 2003, p. 63)

A organização dos cursos de Filosofia, de acordo com o referido parecer, dar-se da seguinte maneira:

Os cursos deverão formar bacharéis ou licenciados em Filosofia. O bacharelado deve caracterizar-se principalmente pela pesquisa, em geral direcionada aos programas de pós-graduação em Filosofia, bem como ao magistério superior. A licenciatura, a ser orientada também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior, volta-se sobretudo para o ensino de Filosofia no nível médio. Ambos os cursos devem oferecer substancialmente a mesma formação, em termos de conteúdo e de qualidade, organizada em conteúdo básicos e núcleos temáticos.

Neste aspecto Cerletti (2003, p. 69), esclarece que pensar sobre o ensino de filosofia deve ser tarefa dos professores de filosofia, uma vez que faz parte da vocação filosófica. Esse discurso se torna mais forte quando ele fala que fazer filosofia e ensinar filosofia não podem ser setores separados, embora lamentavelmente na maioria das vezes isso ocorre; e se assim ocorre “tanto a filosofia quanto quando o ensino se empobrecem.”

Uma fase importante também na formação dos professores de Filosofia é o estágio e as atividades complementares, como traz o Parecer CNE/CES 492/2001:

Devem integralizar a estrutura curricular, com computação de carga horária, atividades acadêmicas autorizadas pelo Colegiado tais como: estágios, iniciação científica, laboratórios, trabalho em pesquisa, trabalho de conclusão de curso, participação em eventos científicos, seminários extra-classe, projetos de extensão.

Após essa abordagem acerca da formação do professor de filosofia caberia perguntar quanto à possibilidade de se ensinar a filosofar. Segundo Gallo apud

Matos (2003, p. 179), “a questão da identidade do filósofo ronda nossas conversas e poucas vezes temos a coragem de enfrentar essa indignação sobre nosso trabalho”.

Sobre essa temática Kant, na *Crítica da razão pura*, apud José (2004, p. 113) diz:

Somente se pode aprender a filosofar, ou seja, a exercitar o talento da razão na observância de seus princípios universais em certos intentos existentes, porém reservando-se sempre o direito da razão a investigar esses princípios em suas próprias fontes e confirmá-los ou rechaçá-los (1965, p. 401).

[...]

Não se deve ensinar pensamentos, mas ensinar a pensar; não se deve transportar o aluno, mas sim dirigi-lo, se é que temos a intenção de que no futuro seja capaz de caminhar por si mesmo.

[...] permita-me dizer que se abusa da confiança das pessoas quando em lugar de ampliar a capacidade de entendimento da juventude que se põs em nossas mãos e formá-la para que no futuro possa amadurecer a própria inteligência, se a engana com uma filosofia enclausurada e completa que foi elaborada para eles por outros.

[...] ao autor filosófico que se põe de livro texto, deve-se considerá-lo não como modelo de juízo, mas somente como ocasião para julgar sobre ele ou, inclusive, contra ele.

Para Gonçalves (2005), a questão da prática filosófica para os docentes deve partir do princípio de que o professor de Filosofia deve ser também o pesquisador, o filósofo, que ao ensinar, ao mesmo tempo filosofa. Assim, Gallo e Kohan (2000, p. 182) corroboraram dizendo que:

(...) o professor de filosofia é aquele que dialoga com os filósofos, com a história da filosofia e, claro, com os alunos, fazendo da aula de Filosofia algo essencialmente produtivo. Portanto, a Filosofia não é produzida numa parte e ensinada noutra, ela é sempre produzida e ensinada ao mesmo tempo.

Lima (2000, p. 199) reforça apresentando o ensino de Filosofia como possibilidade para:

Experimentar novas relações entre os seres, construir novas composições; o pensamento como plano de composição onde as relações e os acontecimentos se constroem e se desconstroem. Porque os conceitos filosóficos não são universais mas singularidades, a filosofia formula os conceitos adequados à contemplação, à reflexão, à comunicação, onde o conceito impede o pensamento de ser uma simples opinião; o conceito é o que faz pensar em domínios heterogêneos.

As contribuições do ensino de Filosofia para o “educar-se a si mesmo” conduz ao aspecto exposto por Souza e Cirino (2011, p. 735): “Para se fomentar uma prática filosófica todos nós somos responsáveis por torná-la instigante, um modo de

vida como se propôs Sócrates quando escuta a voz do seu *daimon*<sup>1</sup> interior escrito no pórtico do Oráculo dos Delfos: conhece-te a ti mesmo”. Ou seja, pensar por si mesmo, guiando por si mesmo seu pensamento e suas ações.

Sobre esse conhecer-se a si mesmo, Deleuze e Guattari asseveram que é precípuo: “Conhecer a si mesmo — aprender a pensar — fazer como se nada fosse evidente — espantar-se, ‘estranhar que o ente seja’ (...)”. (1992, p. 15)

Ao considerar o pensar filosoficamente o ensino, a proposta de Deleuze e Guattari de conceber a filosofia como atividade de criação conceitual é uma possibilidade desse ensino. Nessa perspectiva, as aulas de filosofia no Ensino Médio seriam centradas no conceito. Aqui, o conceito aparece, então, como uma forma própria da filosofia de construir compreensões do real. Acerca do trabalho conceitual da filosofia, Lima esclarece que:

Uma das consequências do trabalho conceitual da filosofia é fazer voz diante dos silêncios deixados pela ideologia; deixando, dessa forma, de falar sobre as coisas, para falar das coisas. O conceito brota quando a experiência fala de si e sobre si mesma, buscando sua inteligibilidade e compreendendo-se. Neste caso, podemos dizer que o conceito advém do trabalho do pensamento, elaborando discursos da experiência, e não sobre a experiência. (2000, p 200)

Não resta dúvida de que o professor de Filosofia tem uma tarefa desafiadora com o ensino. Nas palavras de Gallo:

O professor de Filosofia é aquele que na contramão da aceleração e da imediatez dos tempos hipermodernos, chama seus alunos à paciência do conceito, ao movimento do pensamento, ao trato com a filosofia. Sem a ação transversal do professor de Filosofia, que corta o movimento inercial da aceleração hipermoderna, os estudantes não fariam o movimento da Filosofia. Por isso, ele é um intercessor, um catalisador da relação com o conceito, da criação, para além da opinião generalizada. (2005, p. 400)

Diante da relevância desse professor, Lima (2000, p. 200) elucida que “urge, portanto, pensar o sentido da formação do docente em filosofia, entendendo este docente como aquele que orienta para a construção da experiência do pensar, pensando a experiência”.

---

<sup>1</sup> Na filosofia grega, gênio (espírito) bom ou mau, inferior a um deus, mas superior ao homem: o demônio de Sócrates era um gênio que lhe inspirava e dava conselhos. Já depois, o cristianismo o tem como demônio somente no sentido de *anjo mau* (diferente dos anjos). (Dicionário de Filosofia, H. Japiassu, 1996, p. 65).

Nos últimos anos, após a inserção da Filosofia nos currículos, várias pesquisas foram realizadas na área do ensino de filosofia pelas instituições de nível superior do Brasil, no intuito de discutir e apontar novos horizontes para o ensino de filosofia, e constata-se que os desafios continuam. Nesse sentido, têm sido realizadas pesquisas e inúmeros eventos, destaque para o I Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia, promovido pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP que debateu a respeito dos impasses e desafios da Filosofia (GALLO; CORNELLI; DANELON, 2003). Gelamo (2009, p. 98) enumera três preocupações que norteiam as pesquisas e vêm sendo debatidas no Brasil atualmente:

- (1) o entendimento da importância do ensino da Filosofia para a sociedade, para a cultura e para a formação crítica do homem;
- (2) a reflexão sobre os temas importantes a serem ensinados e sobre o currículo;
- (3) a procura por uma metodologia do ensino da Filosofia e do ensino do filosofar.

Logo, dada a necessidade de um docente qualificado para o ensino de filosofia, entendendo este docente como um profissional apto para a experiência do pensar, é grande o desafio de ensinar filosofia frente a obrigatoriedade desse ensino. Carvalho (2008) expõe mais desafios a serem enfrentados: a formação (quem pode lecionar?) – a necessidade de assegurar que os licenciados em Filosofia devem lecionar essa matéria; os conteúdos (o que lecionar?) - um conteúdo curricular mínimo em plano nacional para cada disciplina estudada a exemplo das outras disciplinas que já possuem esse programa nacional; a carga horária (quanto tempo para ensinar?) - discussão de quantas aulas semanais são necessárias para lecionar a disciplina; e as metodologias (como ensinar?) – busca de formas, estilos, métodos de ensinar, com seus respectivos recursos áudio-visuais, mapas, práticas pedagógicas etc .

Diante da necessidade de tantos delineamentos atinentes à prática e formação do docente em filosofia, Lima (2002, p. 202) esclarece que:

Sendo assim, é preciso que se reconstrua a compreensão do trabalho do professor de filosofia, levando-se em consideração o professor como educador que pensa sua prática e direciona sua ação para a reestruturação de suas condições de trabalho, assumindo a atividade docente como prática transformadora. Essa é uma das tarefas que se põem como urgente na discussão da formação do docente em filosofia para crianças e jovens. Precisamos alimentar o debate por uma nova perspectiva das graduações

em filosofia, desde a estruturação do currículo mínimo, dos conteúdos programáticos das disciplinas; ensejando, dessa maneira, novas perspectivas na licenciatura e no bacharelado em filosofia, sem mergulhar no didatismo e construindo tanto o pensar filosófico como o filosofar.

Começam a serem vistos os impactos gerais dessa decisão de retorno da filosofia às escolas. Como visto, os desafios são inúmeros, mas as possibilidades também. Portanto, a inserção é luta ganha, que traz em si inúmeros meandros a serem percorridos.

Esse capítulo trouxe um resgate histórico sobre as idas e vindas da filosofia, reflexões sobre o ensino de filosofia no Ensino Médio, bem como, abordou a formação do professor de filosofia e seus desafios. Temáticas importantes para dar sequência ao próximo capítulo, pois serve de base para iniciar a discussão sobre o pensar filosoficamente, e de que maneira o professor pode trabalhar com os alunos do Ensino médio com a criação de conceitos.

## 2 PENSAR FILOSOFICAMENTE

A proposta deste capítulo é pensar sobre o que é um conceito na perspectiva filosófica, como ocorre essa criação para o filósofo e para os estudantes do Ensino Médio, bem como, falar sobre o pensamento e o pensar por si mesmo.

### 2.1 A Filosofia e a criação de conceitos

Para a discussão sobre a filosofia e a criação de conceitos será utilizada a obra de Deleuze e Guattari *O que é Filosofia?* para compreendermos a parte filosófica, pois apesar de Deleuze ter sido filósofo e professor, não escreveu sistematicamente sobre educação. Já para tornar clara a criação de conceitos voltada para a educação, o filósofo brasileiro Silvio Gallo trará questões interessantes sobre o ensino de filosofia, a partir da criação de conceitos, e a importância da filosofia na formação dos jovens no Ensino Médio.

Na leitura do livro de Deleuze e Guattari, eles explicam que talvez colocaram essa questão do que é Filosofia?, tardiamente quando chegam a velhice, quando é a hora de falar concretamente. E já no início do livro essa pergunta é respondida: “a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos”. Isso porque conceito é a essência da filosofia, tanto que falar de conceito é falar de filosofia. Para Deleuze e Guattari, “não seria necessário somente que a resposta acolhesse a questão, seria necessário também que determinasse uma hora, uma ocasião, circunstâncias, paisagens e personagens, condições e incógnitas da questão” (idem, p. 10). Pois, os conceitos, “têm necessidade de personagens conceituais que contribuam para sua definição” (Idem, *Ibidem*).

Nesse aspecto da necessidade de personagens conceituais no auxílio à definição de conceitos, Deleuze e Guattari (1992, p. 13 e 14, grifo nosso) esclarecem que:

O filósofo é o amigo do conceito, ele é conceito em potência. Quer dizer que a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou

produtos. A filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em *criar* conceitos. (...) Criar conceitos sempre novos é o objeto da filosofia. **É porque o conceito deve ser criado que ele remete ao filósofo como aquele que o tem em potência, ou que tem sua potência e sua competência.** (...) Os conceitos não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam. Nietzsche determinou a tarefa da filosofia quando escreveu: "os filósofos não devem mais contentar-se em aceitar os conceitos que lhes são dados, para somente limpá-los e fazê-los reluzir, mas é necessário que eles comecem por fabricá-los, criá-los, afirmá-los, persuadindo os homens a utilizá-los. Até o presente momento, tudo somado, cada um tinha confiança em seus conceitos (...)", mas é necessário substituir a confiança pela desconfiança, e é dos conceitos que o filósofo deve desconfiar mais, desde que ele mesmo não os criou (...) Que valeria um filósofo do qual se pudesse dizer: ele não criou um conceito, ele não criou seus conceitos? (Grifo nosso)

E o que é filosofia? Deleuze e Guattari (1992, p.14) asseveram que:

A filosofia não é contemplação, nem reflexão, nem comunicação, mesmo se ela pôde acreditar ser ora uma, ora outra coisa, em razão da capacidade que toda disciplina tem de engendrar suas próprias ilusões, e de se esconder atrás de uma névoa que emite especialmente.

Então, se a filosofia não é contemplação, comunicação e nem reflexão, o que será? Segundo Deleuze e Guattari (1992), ela não é contemplação, porque mesmo dinâmica a contemplação não é criativa. Não é comunicação, porque a comunicação sempre visa ao consenso e não cria conceito. E por fim, a filosofia não é reflexão porque exclusiva da filosofia, ou seja, qualquer pessoa pode refletir.

Ou seja, Deleuze e Guattari (1992, p. 14) esclarecem que:

Ela não é reflexão, porque ninguém precisa de filosofia para refletir sobre o que quer que seja: acredita-se dar muito a filosofia fazendo dela a arte da reflexão, mas retira-se tudo dela, pois os matemáticos como tais não esperaram jamais os filósofos para refletir sobre a matemática, nem os artistas sobre a pintura ou a música; dizer que eles se tornam então filósofos é uma brincadeira de mau gosto, já que sua reflexão pertence a sua criação respectiva. E a filosofia não encontra nenhum refúgio último na comunicação, que não trabalha em potência a não ser de opiniões, para criar o "consenso" e não o conceito. (...)

Então, Deleuze e Guattari (1992, p. 13), elucidam que "a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos".

Mas, então o que são os conceitos? Na filosofia o conceito de conceito não é algo claro e exposto, é como se já fosse explicado. Compreender o conceito de Deleuze e Guattari é algo complexo, porque o conceito que os não filósofos compreendem tem outro sentido. Nesse aspecto, Deleuze e Guattari falam que:

Não há conceito simples. Todo conceito tem componentes, e se define por eles. Tem portanto uma cifra. E uma multiplicidade, embora nem toda multiplicidade seja conceitual. Não há conceito de um só componente: mesmo o primeiro conceito, aquele pelo qual uma filosofia "começa", possui vários componentes, já que não é evidente que a filosofia deva ter um começo e que, se ela determina um, deve acrescentar-lhe um ponto de vista ou uma razão (1992, p. 27).

Deleuze e Guattari esclarecem que:

O conceito é, portanto, ao mesmo tempo absoluto e relativo: relativo a seus próprios componentes, aos outros conceitos, ao plano a partir do qual se delimita, aos problemas que se supõe deva resolver, mas absoluto pela condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema (1992, p. 33 e 34).

Os conceitos não são simples e tem multiplicidade, ou seja, não são formados apenas do uno, mas também de uma diversidade. Daí surge uma questão: como ocorre a criação dos conceitos?

Todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido, e que só podem ser isolados ou compreendidos na medida de sua solução: estamos aqui diante de um problema concernente a pluralidade dos sujeitos, sua relação, sua apresentação recíproca. Mas tudo muda evidentemente se acreditamos descobrir um outro problema (...). Mas, mesmo na filosofia, não se cria conceitos, a não ser em função dos problemas que se consideram mal vistos ou mal colocados. (DELEUZE E GUATTARI, 1992, p. 27 e 28)

Então, um conceito surge a partir de um problema que precisa ser compreendido, e não para por aí, pois, à medida que surge um novo problema ou o anterior não foi resolvido a contento, o conceito é recriado; assim, conceituam Deleuze e Guattari como um ziguezague:

Numa palavra, dizemos de qualquer conceito que ele sempre tem uma história, embora a história se desdobre em ziguezague, embora cruze talvez outros problemas ou outros planos diferentes. Num conceito, há, no mais das vezes, pedaços ou componentes vindos de outros conceitos (...). Não pode ser diferente, já que cada conceito opera um novo corte, assume novos contornos, deve ser reativado ou recortado (1992, p. 29 e 30).

Outrossim, Deleuze e Guattari esclarecem que:

(...) um conceito possui um *devoir* que concerne, desta vez, a sua relação com conceitos situados no mesmo plano. Aqui, os conceitos se acomodam uns aos outros, superpõem-se uns aos outros, coordenam seus contornos, compõem seus respectivos problemas, pertencem a mesma filosofia, mesmo se tem histórias diferentes. Com efeito, todo conceito, tendo um número finito de componentes, bifurcará sobre outros conceitos, compostos de outra maneira, mas que constituem outras regiões do mesmo plano, que respondem a problemas conectáveis, participam de uma co-criação. Um

conceito não exige somente um problema sob o qual remaneja ou substitui conceitos precedentes, mas uma encruzilhada de problemas em que se alia a outros conceitos coexistentes (1992, p. 30).

Os conceitos “respondiam a outros problemas e supunham outros planos”, então “um conceito possui um devir que concerne a sua relação com conceitos situados no mesmo plano” (idem, p. 30). Mas, o que são planos? Como Deleuze e Guattari corroboram, é onde os conceitos se acomodam, se superpõem, coordenam, compõem seus respectivos problemas. Especificamente esse espaço denomina-se plano de imanência, deste modo:

Os conceitos são acontecimentos, mas o plano é o horizonte dos acontecimentos, o reservatório ou a reserva de acontecimentos puramente conceituais (...). Os conceitos ladrilham, ocupam ou povoam o plano, pedaço por pedaço, enquanto o próprio plano e o meio indivisível em que os conceitos se distribuem sem romper-lhe a integridade, a continuidade: eles ocupam sem contar (a cifra do conceito não é um número), ou se distribuem sem dividir. O plano é como um deserto que os conceitos povoam sem partilhar. São os conceitos mesmos que são as únicas regiões do plano, mas é o plano que é o único suporte dos conceitos. (DELEUZE E GUATTARI, 1992, p. 52)

O conceito filosófico refere-se a sua própria criação e a um acontecimento que vai além do vivido, como Deleuze e Guattari conceituam:

O conceito filosófico não se refere ao vivido, por compensação, mas consiste, por sua própria criação, em erigir um acontecimento que sobrevoe todo o vivido, bem como qualquer estado de coisas. Cada conceito corta o acontecimento, o recorta a sua maneira. A grandeza de uma filosofia avalia-se pela natureza dos acontecimentos aos quais seus conceitos nos convocam, ou que ela nos torna capazes de depurar em conceitos. Portanto, é necessário experimentar em seus mínimos detalhes o vínculo único, exclusivo, dos conceitos com a filosofia como disciplina criadora. **O conceito pertence à filosofia e só a ela pertence.** (1992, p. 47, grifo nosso)

Logo, isso significa dizer que os filósofos não devem ser passivos diante da realidade do mundo, ou seja, eles devem criar seus próprios conceitos. Deve ter a participação de todos, sendo uma maneira de intervir no mundo e, nesse sentido, esse acesso não deve ficar apenas para os filósofos. Essa participação deverá ser efetivada a partir do ensino de filosofia no Ensino Médio.

## 2.2 O pensamento e o pensar por si mesmo

(...) **Pensar é experimentar, mas a experimentação é sempre o que se está fazendo** — o novo, o notável, o interessante, que substituem a aparência de verdade e que são mais exigentes que ela. O que se está fazendo não é o que acaba, mas menos ainda o que começa. A história não é experimentação, ela é somente o conjunto das condições quase negativas que tornam possível a experimentação de algo que escapa à história. Sem história, a experimentação permaneceria indeterminada, incondicionada, **mas a experimentação não é histórica, ela é filosófica**. (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 143, grifo nosso)

Assim, tratando o pensamento como experimentação podemos pensar o ensino de filosofia como experiência filosófica, ao tempo em que os alunos podem criar suas próprias concepções de mundo exercitando seu pensamento.

Com base no pensar e na experimentação Deleuze e Guattari esclarecem que:

Conhecer-se a si mesmo — aprender a pensar — fazer como se nada fosse evidente — espantar-se, "estranhar que o ente seja"..., estas determinações da filosofia e muitas outras formam atitudes interessantes, se bem que fatigantes a longo prazo, mas não constituem uma ocupação bem definida, uma atividade precisa, mesmo de um ponto de vista pedagógico. Pode-se considerar como decisiva, ao contrário, a definição da filosofia: conhecimento por puros conceitos. Mas não há lugar para opor o conhecimento por conceitos, e por construção de conceitos na experiência possível ou na intuição. Pois, segundo o veredito nietzscheano, você não conhecerá nada por conceitos se você não os tiver de início criado, isto é, construído numa intuição que lhes é própria: um campo, um plano, um solo, que não se confunde com eles, mas que abriga seus germes e os personagens que os cultivam. O construtivismo exige que toda criação seja uma construção sobre um plano que lhe dá uma existência autônoma. Criar conceitos, ao menos, é fazer algo. A questão do uso ou da utilidade da filosofia, ou mesmo de sua nocividade (a quem ela prejudica?), é assim modificada. (1992, p. 15 e 16)

E na visão de Deleuze e Guattari o que define o pensamento?

O que define o pensamento, as três grandes formas do pensamento, a arte, a ciência e a filosofia, é sempre enfrentar o caos, traçar um plano, esboçar um plano sobre o caos. Mas a filosofia quer salvar o infinito, dando-lhe consistência: ela traça um plano de imanência, que leva até o infinito acontecimentos ou conceitos consistentes, sob a ação de personagens conceituais. A ciência, ao contrário, renuncia ao infinito para ganhar a referência: ela traça um plano de coordenadas somente indefinidas, que define sempre estados de coisas, funções ou proposições referenciais, sob a ação de observadores parciais. A arte quer criar um finito que restitua o infinito: traça um plano de composição que carrega por sua vez monumentos ou sensações compostas, sob a ação de figuras estéticas. (1992, p. 253)

Desse modo, Deleuze e Guattari asseveram que:

E o pensamento filosófico não reúne seus conceitos na amizade, sem ser ainda atravessado por uma fissura que os reconduz ao ódio ou os dispersa no caos coexistente, onde é preciso retomá-los, pesquisá-los, dar um salto. É como se jogasse uma rede, mas o pescador arrisca-se sempre a ser arrastado e de se encontrar em pleno mar, quando acreditava chegar ao porto. As três disciplinas procedem por crises ou abalos, de maneira diferente, e é a sucessão que permite falar de "progresso" em cada caso. Diríamos que a luta *contra o caos* implica em afinidade com o inimigo, porque uma outra luta se desenvolve e toma mais importância, *contra a opinião* que, no entanto, pretendia nos proteger do próprio caos (1992, p. 261).

É o aprender a pensar por si mesmo que os professores de filosofia precisam desenvolver nas escolas. Aspis e Gallo (2009, p. 14) asseveram que a filosofia:

é uma disciplina no pensamento que nos leva a criar conceitos, é pensamento que confere significado à cultura na medida em que se pratica sua síntese conceitual, sendo assim, em cada época, a sua verdade. O pensamento filosófico se considerado assim, não é apenas exercício do pensamento reflexivo e rigoroso, mas é, talvez principalmente, criação.

É o mesmo que dizer que o ensino de filosofia tem como objetivo oferecer aos alunos ocasiões de experiência filosófica, e esta situação pode acontecer ao utilizar quando se utiliza da experiência do ensino como criação de conceitos filosóficos através do filosofar, logo, da filosofia.

O que seria experiência para Aspis e Gallo?

A experiência é aquela coisa que, ao acontecer a alguém, transforma essa pessoa, que já não é mais a mesma. É algo que atravessa seu pensamento, suas ideias e faz com que já não possa mais ser o mesmo. Algo se passa, toca e é apreendido de forma transformadora. (2009, p. 16 e 17)

E o que seria essa experiência filosófica?

Para Aspis e Gallo (2009, p.17), “a experiência filosófica é a experiência de fazer filosofia. É isso que queremos proporcionar para os jovens: a experiência de filosofar”.

Em virtude do ensino de filosofia para jovens, Aspis e Gallo (2009, p. 14) esclarecem que “podemos incentivá-los a pensar por si mesmos, ou seja, podemos introduzi-los na prática de determinados instrumentos que os levem a poder pensar de forma autônoma, autoconsciente, a pensar com abrangência, profundidade e

clareza”. Isto é, fazer com que os alunos desenvolvam seus pensamentos a partir de leitura filosófica e o estudo de textos filosóficos, observando as entrelinhas.

Destarte, estes mesmos autores asseveram que:

Assim, aprender a ler e escrever filosofia é um bom caminho para aprender a pensar filosoficamente. É o conhecimento dos elementos constitutivos do texto filosófico, os reiterados exercícios das operações do pensamento que constituem o discurso filosófico, que podem dar os instrumentos para decifrar o pensamento filosófico, o que pode possibilitar, por sua vez, uma posterior criação de filosofia. Os exercícios de operações do pensamento têm o fim de instrumentalizar conceitual e discursivamente os jovens estudantes. Como exemplo de tais operações poderíamos oferecer: detectar pressupostos, enumerar argumentos, reconstituir argumentos, parafrasear, reconhecer encadeamento de argumentos, reconhecer conceitos, buscar correspondência de significado para símbolos, confrontar teses, emitir juízos, entre outros. (2009, p. 19 e 20)

Portanto, os autores Aspis e Gallo (2009) esclarecem que pensar filosoficamente é filosofar, é exercer a experiência do pensamento. Entender que o pensar filosoficamente não surge apenas do exercício do pensamento filosófico reflexivo, mas também, da criação. Então, quando se toma o pensar filosoficamente e utiliza a proposta de Deleuze e Guattari de conceber a filosofia como atividade de criação conceitual, as aulas de filosofia no Ensino Médio são, portanto, centradas no conceito. E nessa perspectiva, o conceito, é tomado como uma forma própria da filosofia de construir e possibilitar compreensões do real.

### **2.3 A criação de conceitos no ensino de filosofia**

Vimos o que são conceitos e como são criados na filosofia. Mas, como isso ocorre no ensino de filosofia? Vimos também que Deleuze era filósofo e professor, mas não escreveu sistematicamente sobre educação, então é por isso que utilizaremos Aspis e Gallo, especificamente Gallo, para falar como acontece essa criação de conceitos na educação.

Gallo (2002, p. 194) já explicitava a ensinabilidade da filosofia buscando superar a célebre discussão sobre ensinar filosofia ou ensinar filosofar. Devemos ainda interrogar: há algo específico em ensinar filosofia? Ou, para dizer de outro modo: ao praticarmos o ensino de filosofia, o fazemos a partir de uma “didática

geral” ou através de uma “didática específica”? Sendo a especificidade da filosofia e, portanto, também de seu ensino, está no ato da criação de conceitos. Nessa direção, a proposta de Gallo é a de se organizar a aula de filosofia como uma verdadeira “oficina de conceitos”, na qual “professor e estudantes manejem conceitos criados na história da filosofia como ferramentas a serviço da resolução de problemas e, a partir de problemas específicos, busquem também criar conceitos filosóficos”.

No objetivo de trazer a filosofia de conceitos de Deleuze e Guattari para o ensino de filosofia, os autores Aspis e Gallo trazem a proposta de traçar uma didática filosófica por parte de cada docente, no intuito de ser sua, própria e mutante, ou seja, construída na sua prática ou nas suas várias práticas e lança para isso as seguintes coordenadas para traçar este sistema: a leitura filosófica, a história da filosofia e a escrita filosófica.

1º) A leitura filosófica não é uma leitura comum, pois ela é a prática técnica de dissecar o texto, a imagem, o mundo, enfim. Baseada no exercício de uma série de operações que podem decifrar o discurso, essa leitura leva ao conhecimento das partes constitutivas do discurso, das relações entre essas partes de forma a propiciar a apropriação crítica e criativa dos textos estudados. Isto nos leva a poder reinventar esses textos, poder usar seus conceitos em outros contextos, poder reinventar seus métodos (...).

2º) O uso da história da filosofia deva se dar, pois nenhum texto de filosofia está desvinculado da razão de ser, o que nos leva a crer que não se pode estudar o texto desvinculado de sua história. (...) Introduzir o aluno no universo da filosofia ensinando a ler e escrever filosofia para que possam pensar filosoficamente e isto é sempre, necessariamente, contextualizado.

3º) (...) Podem levar os jovens a tentar seus próprios ensaios de escrita filosófica. A partir da recriação crítica das filosofias estudadas, do reconhecimento de suas partes, os jovens podem ser incentivados a tentar ensaiar seus próprios textos. Comparando argumentos e conceitos de diversas filosofias estudadas, podem compor uma argumentação sua para responder a determinada questão que se coloque. (2009, p. 93 a 95)

O que se busca é trazer o aluno do ensino médio para a convivência com a filosofia e para isso com o uso da leitura filosófica, assim, os autores sugerem trazer textos não constituídos inicialmente como filosóficos a exemplo de filmes, imagens e, posteriormente, textos filosóficos. Apresentando também a história da filosofia, pois nenhum destes está desvinculado de sua razão de ser. E a partir daí, proporcionar aos alunos a escrita filosófica, a tentativa de ensaiar seus próprios

pensamentos e expor sua argumentação a partir de um problema escolhido, compondo raciocínios e iniciar a primeira tentativa de filosofar.

E nesse aspecto, como acontece o ensino? Será que existe metodologia para desenvolver o ensino?

Segundo Aspis e Gallo (2009, p. 69 e 70), “o filosofar só se faz com método, o professor precisa munir-se de um repertório, construir estratégias de aula, definir seus objetivos e traçar suas linhas de ação”. Desta maneira, é evidente que o professor precisa ter seu método de pensamento e seus métodos de ensino. Mas não há o método. Não há o método de filosofar e não há o método de ensinar. “Há métodos, que podem ser experimentados, testados, reelaborados, aperfeiçoados, em um trabalho contínuo e constante (2009, p. 71)”.

Pensando num programa de ensino com intuito da criação como experiência filosófica, Aspis e Gallo elaboram um método de ensino que possa auxiliar no ensino de filosofia e que possui as seguintes etapas: sensibilização, problematização, investigação e conceituação.

1º) Uma sensibilização pode ser pensada como a primeira etapa do curso na qual o professor pode trazer o interesse dos estudantes para o tema escolhido. Isso poderá ser feito a partir do uso de diversos materiais como textos que não foram originalmente elaborados como filosóficos: letras de músicas, poesias, literaturas, textos jornalísticos, filmes, etc. É aqui que o professor aproveita para aproximar o universo do aluno às questões filosóficas. A partir da provocação de inquietação ou do aproveitamento das inquietações já existentes, o professor mostra que a filosofia pensa na vida, o significado de tudo, os valores humanos, o pensar humano, e faz com que os alunos fiquem intrigados com o tema que será estudado posteriormente.

2º) Em seguida, o professor dedica-se a ensinar os jovens a formularem questões que possam gerar investigação. Podemos chamar esta etapa de problematização. Para começarmos uma investigação que vai gerar conhecimento, é necessário ter curiosidade de saber, é necessária a questão. Se não tivermos, não há motivos para nos pormos a buscar. O que move a geração de conhecimentos é essa vontade de buscar respostas, é o problema. Por isso o papel da questão é tão importante, porque circunscreve e direciona a busca.

3º) A etapa investigação é aquela dedicada ao estudo, propriamente dito, de textos filosóficos escolhidos, propondo-se exercícios operatórios para fazer deles leitura filosófica. Sugerimos que o professor selecione alguns textos que tragam diferentes abordagens ao mesmo tema, sempre contextualizadas na história da filosofia e na história mundial, que os alunos tenham a oportunidade de confrontar as diferentes teses para formarem uma ideia complexa sobre o assunto.

4º) Passado esse trabalho, os jovens terão condições de fazer a conceituação. É possível propormos aos jovens que, baseados em sua experiência com a filosofia até o momento, de delimitar um problema, de estudar textos filosóficos, esmiuçando-os, de conhecer a história desses problemas, de pensar essa história em relação à história da humanidade, de comparar diferentes pontos de vista filosóficos sobre o problema estudado, de reconhecer diferentes conceitos criados para darem conta do problema, depois disso feito, animados, comecem a escrever seus primeiros ensaios filosóficos, ensaios de escrita filosófica, tendo como objetivo criar uma argumentação sua sobre o problema estudado em relação à sua realidade. (2009, p. 108 a 111).

O que os autores querem passar é a ideia de trabalhar a proposta de Deleuze e Guattari de conceber a filosofia como atividade de criação conceitual e que as aulas de filosofia no ensino médio sejam centradas no conceito. Aspis e Gallo (2009, p. 41) esclarecem que “se a filosofia é uma atividade, não basta que a conheçamos de maneira passiva. É preciso experimentá-la. Se a filosofia é uma atividade, só aprendemos filosofia quando experimentamos, quando praticamos a atividade filosófica”.

Gallo (2011, p. 15) esclarece que no currículo escolar ao menos temos três eixos acerca do ensino de filosofia:

1º) Eixo Histórico – (...) organizamos os conteúdos a serem ensinados seguindo uma cronologia histórica. O problema, nesse modelo, é que a chance de cair num ensino enciclopédico, apresentando um desfile de nomes de filósofos, pensamentos e datas, é muito grande. E, no contexto de um currículo já muito conteudista, a Filosofia é vista como apenas um conteúdo a mais.

2º) Eixo Temático - elegemos temas de natureza filosófica, como a liberdade, a morte ou outro qualquer, sendo que podemos ou não tratar os temas numa abordagem histórica. De qualquer forma, os conteúdos são apresentados de forma temática, numa tentativa de torná-los mais próximos da realidade vivida pelos jovens. Em termos de organização didática dos conteúdos a serem trabalhados no nível médio, essa abordagem parece-me mais apropriada que a anterior.

3º) Eixo Problemático - os conteúdos são organizados em torno dos problemas tratados pela filosofia, que por sua vez se recortam em temas e podem ser abordados historicamente. Em minha visão, essa abordagem abarca as duas anteriores, na medida em que permite tanto o acesso aos temas filosóficos mais relevantes quanto à história da filosofia. Mas também avança para além delas, pois toma a filosofia como uma ação, uma atividade, posto que se organiza em torno daquilo que motiva e impulsiona o filosofar, isso é, o problema.

Estas são algumas formas possíveis do ensino de filosofia no ensino médio, sendo o eixo histórico passível de se tornar totalmente enciclopédico e não ser nada

atraente para trabalhar com alunos no ensino médio. Já no eixo temático o ensino é feito por temas, numa tentativa de tornar o conteúdo mais atraente para os jovens. E o eixo problemático, que pode conter aspectos da história da filosofia na abordagem de temas, tem uma característica a mais das demais que é tratar a filosofia a partir de problemas, como uma ação.

Portanto, Gallo (2011) esclarece que para que o ensino possa acontecer o professor precisa ter um conhecimento claro do que seja filosofia, bem como, destaca que ao longo da história existem várias concepções de filosofia. Assim, o que se espera é que o professor apresente harmonia entre o que ele entende por filosofia e a sua prática de ensino em sala de aula.

### **3 O ENSINO DE FILOSOFIA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL E OS DESAFIOS DE PENSÁ-LO FILOSOFICAMENTE**

Este capítulo aborda o panorama do ensino de filosofia após sua inclusão no Ensino Médio, nas três escolas públicas estaduais da cidade de Santana do Ipanema/AL: Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão, Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis e Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva.

Participaram deste estudo 6 turmas, totalizando 152 alunos do 1º ao 3º Ano do Ensino Médio que responderam ao questionário nas três escolas estaduais existentes na cidade de Santana do Ipanema/AL, com os respectivos professores de filosofia dessas escolas, que totalizam 4 professores.

#### **3.1 Ensino de Filosofia na Rede Pública Estadual**

Após essa visão geral acerca do ensino de filosofia e seu retorno ao Ensino Médio, mesmo tendo demorado vários anos, essa sua volta chega em boa hora no Brasil e espera-se que essas discussões sejam um auxílio à expansão deste debate precípua.

Este estudo é de natureza quanti-qualitativa.

Inicialmente, foi realizada uma acurada pesquisa bibliográfica, na qual destacam-se alguns autores: Gilles Deleuze, Félix Guattari, Sílvio Gallo, Walter Kohan, Walter Matias.

Também, foi realizado um levantamento documental, com o propósito de observar o processo de se pensar filosoficamente o ensino da filosofia enfatizando os seus desafios no Ensino Médio. Para a consecução do material desejado, buscou-se informações nas Escolas estaduais e com professores de filosofia.

Foi realizada uma primeira etapa de campo, para confrontar as propostas teóricas com a realidade acerca do processo de se pensar filosoficamente o ensino

da filosofia, enfatizando os seus desafios no Ensino Médio. Nesse momento, foi observada a realidade local das escolas públicas estaduais de Santana do Ipanema/AL.

Posteriormente, foi feita uma segunda etapa de campo, com o intuito de aprofundar a constatação de como está sendo realizado o processo do ensino da filosofia no Ensino Médio, se é pensado de uma forma filosófica; nessa etapa foram feitas mais observações, entrevistas, aplicação de questionários e vistos os Projetos Políticos Pedagógicos – PPP das escolas estaduais do município de Santana do Ipanema/AL. A partir desses dados, buscou-se esboçar um retrato da ação educativa acerca do processo de se pensar filosoficamente o ensino da filosofia enfatizando os seus desafios no Ensino Médio.

Para conhecer a realidade vivenciada pelos professores de filosofia e pelos alunos do ensino médio dessas escolas foram utilizadas as técnicas de entrevista semi-estruturada, aplicação de questionários e pesquisa documental, que se constituem de rica fonte de informações para desenhar os parâmetros propostos deste processo de se pensar filosoficamente o ensino de filosofia.

### **3.2 Um olhar sobre os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas estaduais de nível médio de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas**

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2006), “o Projeto Pedagógico e o Currículo da Escola devem ser objetos de ampla discussão para que suas propostas se aproximem sempre mais do currículo real que se efetiva no interior da escola e de cada sala de aula”.

Pensando o ensino de filosofia filosoficamente, será que a organização dos Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas dá-se dessa maneira no ensino de filosofia?

Faz-se necessário entender a importância dos PPP no ensino de filosofia das escolas do Ensino Médio discutidas neste trabalho. Primeiramente, é necessário saber o que é um Projeto Político Pedagógico ou o PPP:

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos,

por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2008, p. 13).

Quando se constrói um Projeto Político Pedagógico da escola significa dizer o que a escola deseja fazer para frente, na verdade o que a escola tem a intenção de fazer. É ver o futuro diferente do presente. Gadotti apud Veiga (2008, p.12) esclarece que:

Todo projeto supõe *rupturas* com o presente e *promessas* para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores.

É necessário deixar claro que “o projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas”. Assim, quando se fala em projeto político pedagógico significa que se refere à parte pedagógica da escola, ou seja, à organização da escola e também à organização da sala de aula de uma forma completa.

Segundo Veiga (2008, p. 23-32), o PPP precisa apresentar inovações e ações pedagógicas planejadas e organizadas pela escola. A referida autora apresenta sete elementos básicos que podem ser apontados no PPP e que são indispensáveis:

1. Finalidades da escola – A escola persegue finalidades. É importante ressaltar que os educadores precisam ter clareza das finalidades de sua escola. Para tanto, há necessidade de refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela define. As finalidades da escola referem-se aos efeitos intencionalmente pretendidos e almejados (...);
2. Estrutura organizacional - A escola, de forma geral, dispõe de dois tipos básicos de estruturas: administrativas e pedagógicas. As primeiras asseguram, praticamente, a locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros. Fazem parte, ainda, das estruturas administrativas todos os elementos que têm uma forma material (...);
3. Currículo – É um importante elemento constitutivo da organização escolar. Currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo a opção por um referencial teórico que o sustente. (...) Na organização curricular é preciso considerar alguns pontos: o primeiro é que o currículo não é um instrumento neutro. (...) A determinação do conhecimento escolar, portanto, implica uma análise interpretativa e crítica. (...) o segundo ponto é que o currículo não pode ser separado do contexto social. (...) o terceiro ponto diz respeito ao tipo de organização curricular que a escola deve adotar. Em geral, nossas instituições têm sido orientadas para a organização hierárquica e fragmentada do conhecimento escolar (...);

4. Tempo escolar – O tempo é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo (...).
5. O processo de decisão – Na organização formal de nossa escola, o fluxo das tarefas, das ações e principalmente das decisões é orientado por procedimentos formalizados, prevalecendo as relações hierárquicas de mando e submissão, de poder autoritário e centralizador (...);
6. Relações de trabalho – É importante reiterar que, quando se busca uma organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola, deverão ser calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e da participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico. É nesse movimento que se verifica o confronto de interesses no interior da escola (...);
7. Avaliação – Acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto político pedagógico. A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas das existências dos problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (...).

Esses são os elementos que se espera que um PPP tenha, pois só com a junção deles é que dará sequência a organização e o trabalho da escola, ou seja, ser melhor do que é e buscar se lançar à frente do que se espera ser. Mas também se espera que esse projeto seja dado continuidade das ações propostas e não se junte a um amontoado de livros empoeirados nas prateleiras.

A vivência e atualização do PPP favorece a avaliação crítica do mesmo. (VEIGA, 2008).

Abordar o ensino de filosofia nas escolas públicas estaduais de Santana do Ipanema/AL leva-nos ao conhecer e repensar o processo de ensino e aprendizagem que norteia as questões em sala de aula após a inserção da disciplina de filosofia no currículo escolar. Seguindo essa linha, a reflexão do ensino e aprendizagem de filosofia foi organizada a partir da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de cada escola, da caracterização e das percepções de professores e alunos do Ensino Médio, dessas escolas no tocante às suas dificuldades e seus anseios, ou seja, sua visão acerca da filosofia e o seu ensino.

A priori, foi feita a análise documental nos Projetos Político Pedagógicos das escolas para perceber como na escola está desenhada a disciplina filosofia. No momento seguinte, foi buscado-se conhecer a prática dos professores, como é realizado o ensino de filosofia; posteriormente foi observada a relação dos alunos

com a filosofia, no intuito de saber o seguinte: Qual a realidade do ensino de filosofia nas escolas em que essa disciplina faz parte do currículo escolar?

Ao realizar visitas nas escolas estaduais de Santana do Ipanema foi solicitada, antes de todas as atividades, a autorização da escola para o acesso aos documentos e para realizar entrevistas com estudantes e docentes. Após a autorização das escolas, solicitamos uma cópia de cada PPP, buscando uma análise inicial e delineamento da situação atual da escola e a visão de futuro de cada escola, a saber:

1) O primeiro PPP analisado foi o da Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão, elaborado no ano de 2006. Dos 7 itens apresentados por Veiga (2008) como elementos constitutivos do PPP no mesmo consta apenas 4, que são: Finalidades da Escola, Estrutura Organizacional, Currículo e Avaliação.

Ainda assim, esses 4 elementos básicos aparecem com um referencial teórico que fala um pouco da história da escola. O elemento Finalidades da Escola e Estrutura Organizacional lista a função dos profissionais da instituição escolar, com sua formação e carga horária; fala dos cursos ofertados pela escola que são Ensino Médio e o Normal com a formação no Magistério.

A estrutura curricular resume-se em mais referencial teórico e quando se pensa que começará a expor e projetar o currículo, na verdade só faz menção aos nomes das disciplinas do currículo escolar. Não trabalha os objetivos das disciplinas de forma aprofundada, apenas cita que “garantem a formação sócio-antropológica, subsidiando os Fundamentos da Educação, na área da Gestão”. Apresenta o quadro da matriz curricular, mostrando os nomes de cada disciplina com sua carga horária semanal e anual.

E por fim, finaliza com um texto sobre avaliação e atualização do Projeto Político Pedagógico. Resumindo, não traz nada de avaliação prática do projeto ou de atualização. É somente teoria.

Segundo informação da direção da escola, o mesmo seria atualizado em 2013, devido a Secretaria de Educação ter solicitado. Cabe ressaltar que esse PPP da Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão foi elaborado em 2006 e até a presente data não houve atualização nenhuma.

2) O segundo PPP analisado foi o da Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis foi elaborado em 30 de julho de 2003 e dos 7 itens apresentados por Veiga (2008) como elementos constitutivos do PPP o mesmo se encontra apenas com 4 itens que são: Finalidades da Escola, Estrutura Organizacional, Tempo Escolar e Relações de trabalho.

O texto inicia com uma justificativa/finalidades da escola, nesse espaço fala-se pouco da escola e detém-se mais a referencial teórico. Mas, diferentemente da escola anterior, esse PPP apresenta já de início objetivo geral e objetivos específicos, apresenta dados históricos do município desde a sua fundação, complementa com dados geográficos também do município em questão, faz um relato histórico da educação no município de Santana do Ipanema até a fundação da ESSER – Escola Superior de Ciências Humanas, Físicas e Biológicas do Sertão, atualmente intitulada de UNEAL-Universidade Estadual de Alagoas, finalizando relata alguns problemas do município.

Após essa contextualização são apresentados dados históricos da Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis e menciona-se que apesar da escola não ter participado do processo de Gestão Democrática para eleição dos diretores a relação entre todos é de harmonia; esclarece-se que a escola realiza bimestralmente dois encontros pedagógicos; ressalta-se que o planejamento participativo ainda não é uma prática constante na escola e finaliza-se esta parte mencionando alguns problemas de ordem interna: ainda não estão todos os atores escolares na mesma perspectiva de educação.

Sobre o elemento Estrutura Organizacional, traz a organização de turmas e a oferta dos cursos na escola: Ensino Fundamental e Médio, tanto no âmbito regular quanto na Educação de Jovens e Adultos. Apresenta uma lista com a quantidade de salas e áreas da escola, bem como uma lista do mobiliário, equipamentos e recursos materiais.

Acerca do elemento Tempo escolar, não apresenta o calendário escolar, expõe apenas o texto da LDB 9.394/96 acerca da carga horária mínima e a quantidade de dias letivos.

No tocante ao elemento Relação de trabalho esclarece que a escola enfrenta um grande desafio devido à carência de pessoal e apresenta uma lista dos profissionais existentes na escola.

Um diferencial desse PPP para o primeiro é que a Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis monta um perfil do alunado e traz um diagnóstico para conhecer e registrar a situação na qual a escola se encontra. Finaliza apresentando algumas ações a serem realizadas nos próximos anos. Porém, não estipula prazo de conclusão nem avaliação para estas metas.

Essa escola, com base em informação da direção, esclareceu que o PPP seria atualizado em 2013, devido a Secretaria de Educação ter solicitado. Cabe ressaltar que esse PPP da Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis foi elaborado em 2003 e até a presente data não houve atualização nenhuma.

**3)** Por fim, o terceiro PPP analisado foi o da Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva, atualizado em 26/03/2013, sua primeira versão também foi no período das outras escolas apresentadas aqui. Referente aos 7 itens apresentados por Veiga (2008) como elementos constitutivos do PPP, o mesmo encontra-se apenas com 5 itens, que são: Finalidades da Escola, Estrutura Organizacional, Relações de trabalho, Currículo e Processo de Decisão.

Por se tratar de uma atualização do PPP, este projeto diferencia-se dos demais apresentados aqui pela linguagem utilizada e aparenta uma percepção e preocupação com os problemas da escola. Inicialmente, tem-se a apresentação, introdução, identificação e caracterização da escola e comunidade. Apresenta também um resgate da história da escola e suas transformações, pois trata-se de uma escola antiga, criada em 24 de janeiro de 1964.

Apresenta na Estrutura Organizacional os seus recursos físicos, recursos técnicos e pedagógicos. A escola, por estar localizada num complexo educacional e anualmente receber reformas, encontra-se em bom estado de conservação. Ainda é exposta a quantidade e as funções do quadro de pessoal neste projeto.

Nas Relações de Trabalho apresenta o item recursos humanos, no qual fala um pouco sobre a relação pedagógica e o cuidado que se tem com os alunos e o perfil que a escola almeja que os alunos alcancem.

Sobre o Currículo a escola traz o olhar a partir da análise do processo educacional, aborda o baixo rendimento escolar dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e expõe que, conforme relato dos professores, os alunos apresentam dificuldades de entendimento dos enunciados das questões das provas. Um fato intrigante é que nas demais disciplinas os alunos são aprovados. Fala de evasão escolar e desmotivação dos alunos e até dos próprios professores. Expõe também que a escola não tem uma proposta curricular atualizada.

Quanto ao Processo de Decisão, não há esta titulação no projeto, no entanto, é deduzido pelas abordagens apresentadas no projeto em: objetivos geral e específico, metas e ações da escola e propostas de melhoria que só se faz através de Processo de decisão.

Tendo em vista a necessidade de saber como o ensino de filosofia é visto nas escolas, foi realizada essa análise dos PPP. O que percebeu-se foi a precariedade de uma forma geral, tanto na elaboração quanto, principalmente, na demora para atualizar os PPP. Além da ausência da disposição das disciplinas, inclusive filosofia, no item currículo do PPP.

Fazendo um resumo do que foi visto no PPP na **escola 1**, Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão, e observado o modo como foi elaborado esse PPP aparenta que foi feito apenas para atender a exigência da Secretaria de Educação e não houve, necessariamente, preocupação com o ensino e a aprendizagem. Mas teve um diferencial dos demais: pelo menos mencionou o nome da disciplina de filosofia, mas foi apenas isso. No geral, não trouxe nada de avaliação prática do projeto ou de atualização.

Já a **escola 2**, a Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis, vem com algumas melhorias: monta um perfil do alunado, traz um diagnóstico para conhecer e registrar a situação na qual a escola se encontra e apresenta algumas ações que a escola espera fazer mais a frente. Porém, não estipulou prazo de conclusão nem avaliação para essas ações. Não fala explicitamente sobre o currículo escolar, apenas no diagnóstico aparece o item que fala sobre a falta de definição de conteúdos programáticos. E a filosofia não foi mencionada.

E por último a **escola 3**, Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva, apesar de não constar explicitamente os itens Tempo escolar e avaliação, apresenta

a vivência da escola, suas dificuldades, sua carência e faz projeções onde quer chegar. Traz um ar de mudança, de querer melhorias. Informa que não tem uma proposta curricular, mas se mostra preocupada com essa situação e perspectivas de mudança. Diferentemente dos dois PPP anteriores, este projeto apresentou ter “vida” e não ser apenas um amontoado de papel. Entretanto, a ausência de menção às demais disciplinas além de Língua Portuguesa e Matemática no processo de aprendizagem gera um pouco de preocupação, embora seja afirmado que nas demais disciplinas os alunos são aprovados, mesmo assim fica clara a priorização do ensino de Língua Portuguesa e Matemática em detrimento das demais disciplinas, em especial Filosofia.

Diante do exposto, o fato que chamou atenção foi a disciplina filosofia só ter sido citada apenas em um dos projetos, mesmo assim não houve nada além de ser apenas mencionado o nome da disciplina. Nos PPP não deu para saber que concepção de ensino as escolas seguem a respeito do ensino de filosofia, pois apesar de se tratar de do Projeto Político Pedagógico da escola, essa temática não é abordada. Portanto, nesse instrumento pedagógico não deu para perceber se o ensino está voltado para uma concepção não historicista da filosofia, ou que aponte para a experiência do pensamento ou criação de conceitos no ensino de filosofia no Ensino Médio.

### **3.3 Um olhar sobre o que dizem os professores de filosofia do Ensino Médio de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas**

A seguir serão apresentados dados obtidos, na tentativa de estabelecer um diálogo entre a prática do ensino de filosofia dos professores e as questões teóricas postas pela literatura consultada. Em indagações feitas por meio de entrevista apresentada a 04 (quatro) quatro professores de filosofia do Ensino Médio, sendo:

<b>ESCOLAS</b>	<b>QUANTIDADE DE PROFESSORES DE FILOSOFIA</b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	1

Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	2
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	1

Para efeito desta análise são apresentadas, a seguir, as questões que foram indagadas aos professores e as respostas que foram obtidas.

**Questão 1:** Qual a sua formação acadêmica?

**Respostas:** são apresentadas as formações acadêmicas com o número de professores que as indicaram:

<b>ESCOLAS</b>	<b>QUANTIDADE DE PROFESSORES DE FILOSOFIA</b>	<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	1	História
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	1	Pedagogia
	1	Pedagogia
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	1	Filosofia

Ao investigar a formação acadêmica dos professores, constatou-se que a formação da maioria não é em Filosofia, sendo apenas 01 dos 4 professores existentes nas 3 escolas pesquisadas graduado em filosofia; nesse caso, com bacharelado em Filosofia. Esse é um dado indicador de disparidade; como ter um ensino pensado filosoficamente se apenas um professor tem formação em filosofia?

**Questão 2:** Tem pós-graduação? Qual?

**Respostas:** Todos os professores possuem pós-graduação.

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>	<b>PÓS-GRADUAÇÃO</b>
Escola Estadual	• Professor A	• História	• Programação do

Professor Aloísio Ernande Brandão			Ensino de História
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	• Professor B	• Pedagogia	• Gestão Escolar
	• Professor C	• Pedagogia	• Psicopedagogia
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	• Professor D	• Filosofia	• Ciências da Religião

Percebe-se que nenhum dos professores possui pós-graduação de filosofia, nem mesmo o professor que possui bacharelado em filosofia.

**Questão 3:** Qual a perspectiva de realizar pós-graduação na área específica de Filosofia?

**Respostas:** Apenas a professora C informou que não.

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>	<b>PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b><u>PERSPECTIVAS</u></b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	• Professor A	• História	• Programação do Ensino de História	• “Sim, com o objetivo de investigar as culturas diversas.”
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de	• Professor B	• Pedagogia	• Gestão Escolar	• “Pretendo, quando tiver uma disponibilidade de tempo e estabilidade financeira.”

Assis	• Professor C	• Pedagogia	• Psicopedagogia	• “Não tenho vontade porque a graduação de Pedagogia tem habilitação no ensino das Didáticas e no ensino de Filosofia e Sociologia.”
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	• Professor D	• Filosofia	• Ciências da Religião	• “O objetivo é o mestrado, a dificuldade maior é o fato de ser em outro Estado.”

O que o professor C respondeu traz à tona uma questão agravante para o ensino de filosofia, que é a de outra graduação ter permissão de lecionar a disciplina de filosofia. Se, até então, não é habitual que professores formados em filosofia aprendam durante a graduação a conduzir o ensino de filosofia ensinando a filosofar, como um pedagogo, um outro profissional, poderá fazê-lo?

Um aspecto positivo é a vontade que a maioria destes professores tem de fazer uma pós-graduação na área de filosofia. No entanto, esta vontade não é uma prioridade, mostra-se como algo para outrora: quando for possível, quanto tiver tempo, quando tiver estabilidade financeira.

**Questão 4:** Quanto tempo tem de experiência em sala de aula com a disciplina de filosofia?

**Respostas:** Todos responderam. A seguir:

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b><u>TEMPO DE EXPERIÊNCIA</u></b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	• Professor A	• “10 anos.”
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	• Professor B	• “1 ano de experiência em lecionar filosofia, mas como professora no município tenho 13 anos, sendo 6 anos na gestão da escola e o resto lecionando Língua Portuguesa.”
	• Professor C	• “2 anos.”
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	• Professor D	• “6 anos.”

O tempo de experiência em sala de aula com a disciplina de filosofia dos professores pesquisados varia de 01 (um) a 10 (dez) anos de ensino, sendo que a metade dos docentes possui um tempo expressivo (06 e 10 anos).

**Questão 5:** Como se deu a sua escolha para o ensino de filosofia?

**Respostas:** Todos responderam. No tocante aos motivos que levaram os professores a escolher o ensino de filosofia, as respostas variaram em identificação, afinidade, fascínio e espírito questionador.

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b>Escolha para o ensino de Filosofia</b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	• Professor A	• “Por ser uma pessoa curiosa que me espanto, que me questiono e que investigo.”

Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor B</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Na faculdade não tinha muita identificação com a filosofia, mas quando cheguei à escola para dar aulas e vi os conteúdos, identifiquei-me. Filosofia dá um leque de opções para debate. A partir do livro didático que é disponibilizado para as escolas, pego o conteúdo dos livros e trago para a realidade atual, e o bom de tudo isso é que os alunos trazem as vivências de fora da escola para serem trabalhadas em sala de aula.”</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor C</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “A escolha se deu devido à demanda da escola, ou seja, tinha carência nessa disciplina e eu tinha horas a preencher. Outro fator também determinante foi a questão de afinidade, porque a filosofia vai além das ideias e trabalha muito com as hipóteses.”</li> </ul>
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor D</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Foi o curso superior que optei e estudar filosofia com os mestres da história é algo fascinante.”</li> </ul>

Dentre as respostas dos professores, a que chamou atenção foi a resposta do professor C “a Filosofia vai além das ideias e trabalha muito com as hipóteses”. Cabe aqui destacar essa resposta, devido ao fato de trazer possibilidades do pensar hipóteses como experiência do pensar, de dar indícios da possibilidade do ensino de filosofia com prática filosófica: pensar por si mesmos, refletir, questionar, conceituar.

Vale pontuar que este mesmo professor fala que a escolha por filosofia não se deu tão somente pela afinidade, livremente, ocorreu pela necessidade recíproca,

isto é, pela carência existente na escola e sua necessidade de completar a carga horária, ocorrência comum nas escolas da rede estadual de ensino.

**Questão 6:** Qual a carga horária de trabalho? E quantas turmas leciona?

**Respostas:** Todos responderam. A seguir:

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b><u>QUANTIDADE DE TURMAS E HORAS/AULAS LECIONADAS</u></b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor A</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Tenho 40 horas semanais, sendo 20 horas no Estado de Alagoas e 20 horas no Estado de Pernambuco, leciono em 10 turmas.”</li> </ul>
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor B</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Tenho 7 horas semanais, pois complementa a carga horária com a disciplina de Sociologia, leciono em 7 turmas.”</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor C</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Tenho 10 horas semanais e mesmo assim complementa com Sociologia e leciono em 10 turmas e em escolas diferentes.”</li> </ul>
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor D</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Tenho 60 horas semanais, não é algo fácil, pois tenho uma única aula por semana em cada turma e leciono em 48 turmas.”</li> </ul>

Nas escolas lecionadas, os professores têm uma carga horária de trabalho que varia de 07 (sete) a 60 (sessenta) horas, sendo de 07 (sete) a 48 (quarenta e oito) turmas por professor. Sendo que há os que lecionam outras disciplinas para complemento de carga horária, não tendo dedicação exclusiva à filosofia, precisando se dividir para dar conta de diferentes disciplinas, com elevada quantidade de diferentes turmas.

Conforme visto, essa quantidade elevada de turmas e horas/aulas por professor, além da necessidade de ensinar outras disciplinas, é um contundente indicador da dificuldade para exercer a filosofia com direcionamento para o filosofar, principalmente porque o trabalho filosófico exige tempo não cronológico, além disso, os professores precisam de tempo para planejar as aulas; considerando ser cada turma um mundo de ideias e pensamentos a serem trabalhados, pois cada turma tem a sua história, realidade, dificuldades e potencialidades.

Demanda tempo, conhecimento e foco uma boa aula de filosofia. Para o professor preparar a aula e o ambiente para lecionar, Aspis e Gallo (2009), que focam no ensino de filosofia pela conceituação, preceituam que o método de ensino passa pelas etapas da sensibilização, problematização e investigação, para depois os jovens terem condições de iniciar a conceituação. Então, como esperar que em 01 (uma) hora de aula por semana e com uma quantidade elevada de turmas, o trabalho criativo por conceituação, reflexão, criticidade, pensamento inovador e autônomo aconteça no ensino de filosofia?

**Questão 7:** Qual a sua situação funcional na escola? (Concursado, Contratado/Monitor)

**Respostas:** Todos responderam. A seguir:

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b><u>SITUAÇÃO FUNCIONAL</u></b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	• Professor A	• “Sou concursado da rede Estadual.”
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	• Professor B •	• “Sou monitora, mas com pretensão de fazer concurso público.”
	• Professor C	• “Monitora.”
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	• Professor D	• “Sou concursado e monitor.”

Dos quatro professores entrevistados, a metade dos professores possui cargo concursado, os demais são monitores. A falta de vínculo efetivo com a instituição também pode e, em geral, interfere negativamente na qualidade das aulas, uma vez que o professor ganha mal e precisa trabalhar em muitos lugares, não tendo tempo e nem motivação para se dedicar a uma atividade que não é segura, mas sim temporária. Decerto a desvalorização do professor, seja efetivo ou temporário, é fator que aliado à ausência de atenção e regulamentação específica põe em xeque a qualidade do ensino de filosofia nas escolas públicas.

**Questão 8:** Como você caracteriza o aluno do ensino médio?

**Respostas:** Todos responderam. A seguir:

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b><u>CARACTERIZAÇÃO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO</u></b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor A</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Com a perspectiva de primeiro ele ser cidadão e em seguida inseri-lo no mercado profissional e o professor precisa estar implementando esta ideia.”</li> </ul>

Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	• Professor B	•“Os alunos do Ensino Médio ainda não sabem onde estão. Eu classifico entre alunos da zona rural e urbana. Os alunos da cidade já estão cientes da realidade que vivem e estão com muita angústia de sair do Ensino Médio e não estarem preparados para conseguir um emprego, enfrentar o vestibular. Já os alunos do sítio não tem muita perspectiva, não veem o estudo como uma possibilidade de crescimento, mas agora com muita informação já começam a ver a faculdade bem mais próximo.”
	• Professor C	•“Esta pergunta é meio complicada de responder porque há diferença da escola, do ensino particular para o público.”
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	• Professor D	•“Não dá para caracterizá-lo generalizando, cada aluno é específico, assim como cada turma.”

Essa é uma pergunta curiosa porque não é possível atender bem a um público se não se conhecer esse público, ainda que seja heterogêneo, precisa ser conhecido em suas diversidades para atendimento das suas necessidades. Pelas respostas dos professores, em sua maioria, evasivas e sem demonstração de conhecimento de causa, infere-se que os mesmos não demonstram segurança no conhecimento do material humano com o qual lidam. Desse modo, como direcionar as aulas?

**Questão 9:** Para você o que é ensinar e ensinar filosofia?

**Respostas:** Todos responderam. A seguir:

ESCOLAS	PROFESSORES	<u>ENSINAR E ENSINAR FILOSOFIA</u>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor A</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Ensinar é transformar o meio e o ensino da filosofia é ensinar boas atitudes filosóficas, é formar o senso crítico para que as pessoas possam separar o máximo entre o certo e o errado.”</li> </ul>
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor B</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Ensinar é um crescimento pessoal e uma possibilidade de mudar de vida, já no Ensino Médio você cresce mais ainda, porque já vê o resultado de seu trabalho com os alunos se formando e tomando seus caminhos. Sobre a filosofia é fazer o aluno se questionar. Porque existem muitas disciplinas que fornecem apenas os conteúdos e a filosofia é muito questionadora. Fazer o aluno pensar e questionar, assim os alunos aprendem que tudo tem um porque, e começam a criticar. A filosofia questiona muito a história, e a partir daí que percebo que os alunos têm ideias diferentes. A filosofia mexe muito com a cabeça dos alunos e dos professores.”</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor C</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “É ‘aprender a aprender’, é um vai e vem, eu aprendo com você e você aprende comigo. Já a filosofia é aprender a pensar melhor, é redimensionar os conhecimentos além daquilo que se vê, porque ela transcende universalmente.”</li> </ul>
Escola Estadual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor D</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Ensinar é algo prazeroso, é um dom,</li> </ul>

Professor Mileno Ferreira da Silva		porém desestimulante, pois a grande maioria dos alunos não estuda ou não percebem a educação como 'única' forma de melhorar de vida. E ensinar filosofia é um desafio, visto que filosofia exige do aluno muita leitura e a grande maioria tem deficiência ou não gosta de ler.”
---------------------------------------	--	--

Sintetizando suas falas, para esses professores ensinar filosofia é formar o senso crítico, o discernimento do bem e do mal, é fazer o aluno se questionar, fazer o aluno pensar, aprender que tudo tem uma razão de ser, desafiar os alunos a exporem suas ideias diferentes, redimensionar os conhecimentos do alunado para o metafísico; expõe-se, também, que é um desafio por esbarrar em dificuldades básicas, como a deficiência e o não gosto pela leitura.

Essas falas indicam uma possibilidade de atenção para o ensino de filosofia pensado filosoficamente, ou seja, com escopo de ensinar filosofia ensinando a filosofar, ensinando os alunos a experienciar o pensamento autônomo e seus benefícios para a emancipação do ser, com a criação e exposição de conceitos, reflexão filosófica e análise crítica. Ao mesmo tempo, essas falas suscitam uma dúvida: até que ponto converge a conceituação do professor quanto ao ensino de filosofia e a sua prática efetiva no dia a dia diante dos diversos entraves?

Na fala do professor D, o único com formação em filosofia, aparece um discurso de desânimo e exposição da dificuldade de trabalhar com a leitura, seja de textos filosóficos, seja de fundamentos da filosofia. Fator que dificulta, sobremaneira, o ensino de filosofia, ainda mais o ensinar a filosofar. Principalmente porque se espera da Filosofia o desenvolvimento geral da competência de leitura, que não se confunde com qualquer leitura, mas antes envolve capacidade de análise, de interpretação, de reconstrução racional e de crítica.

**Questão 10:** A filosofia é uma disciplina própria do pensamento?

**Respostas:** Todos responderam e concordaram que é uma disciplina do pensamento.

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b><u>FILOSOFIA PRÓPRIA DO PENSAMENTO</u></b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	• Professor A	• “Sim, entre outras disciplinas ela é a principal, devido a filosofia cobrar isso do aluno, ela exige, ela provoca.”
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	• Professor B	• “Sim, porque é puro pensamento, ver-se a filosofia com o pensamento do outro e com o que se pensa para se ter uma terceira ideia. E daí, você cria uma nova ideia, e a partir daquilo ali. E para o aluno o pensamento fica bem mais compreensível e aceito porque foi construído junto com o outro. A filosofia dá o espaço do aluno opinar.”
	• Professor C	• “Sim, totalmente própria do pensamento, corpo e alma.”
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	• Professor D	• “É uma questão do ser humano, pois desenvolve a capacidade crítica, reflexiva.”

Todos os professores responderam afirmativamente quanto à naturalidade do pensamento na disciplina de filosofia. “Sim, entre outras disciplinas ela é a principal, devido a filosofia cobrar isso do aluno”; foi exposto também que a filosofia dá espaço para o aluno opinar; “sim, porque é puro pensamento”; “sim, totalmente própria do pensamento, corpo e alma”; “é uma questão do ser humano, pois desenvolve a capacidade crítica, reflexiva”. Para Aspis e Galo (2009), a filosofia é um exercício do pensamento, de enfrentar o caos.

Embora os professores afirmem em suas falas que a filosofia seja uma disciplina própria do pensamento, não fica claro se vislumbram pensamento na ótica da criação de um pensamento novo, próprio, autônomo ou se é pensar apenas o que já foi pensado, repetindo as afirmações já existentes.

**Questão 11:** O que é pensar filosoficamente?**Respostas:** Todos responderam. A seguir:

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b><u>PENSAR FIOSOFICAMENTE</u></b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor A</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “É quando você pensa. É você pensar a natureza, pensar nas transformações e pensar nas atitudes.”</li> </ul>
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor B</li> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “É analisar uma questão filosófica. É você ter ideias coerentes.”</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor C</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “É transcender, se transportar. É enxergar as coisas de outra forma. É superar o senso comum.”</li> </ul>
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor D</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “É nunca se conformar com o óbvio. É buscar sempre uma solução para qualquer circunstância. É encontrar sempre uma luz em tempos obscuros.”</li> </ul>

Os professores falam que pensar filosoficamente é: pensar nas transformações e pensar nas atitudes; é ter ideias coerentes; é enxergar as coisas de outra forma, superar o senso comum; é nunca se conformar com o óbvio; é buscar sempre uma solução para qualquer circunstância.

Essas falas indicam a tentativa do pensar filosoficamente, assim como preceitua Aspis e Gallo (2009), pensar filosoficamente é filosofar, é exercer a experiência do pensamento.

A forma de conceber o pensamento filosófico vai além do entendimento de pensar ou ter ideias coerentes, passa pela criação: pensamento novo, próprio, autônomo.

“Pensar filosoficamente é nunca se conformar com o óbvio. É buscar sempre uma solução para qualquer circunstância”. O professor D, apesar de não citar diretamente, nessa fala, por assemelhação, remete-nos ao ato filosófico da criação

de conceitos, pois o conceito é criado em um campo de problematizações. A criação de conceitos é possível a partir do levantamento de questionamentos, de problemas e, indubitavelmente, da experiência do pensamento. Tem-se, portanto, o pensamento como força motriz da filosofia.

**Questão 12:** Geralmente, quais recursos didáticos você utiliza para ensinar filosofia?

**Respostas:** Todos os professores responderam quais recursos didáticos utilizam para ensinar filosofia, sendo o livro didático o mais utilizado.

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b><u>RECURSOS DIDÁTICOS UTILIZADOS PARA O ENSINO</u></b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	• Professor A	• “Livro didático, filmes, documentários.”
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	• Professor B	• “Livro didático, textos filosóficos, filmes e músicas.”
	• Professor C	• “Utilizo o livro didático, filmes, escrita dos alunos, e a projeção dos alunos utilizando a realidade do mundo e trazendo para a realidade dos mesmos.”
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	• Professor D	• “Livro didático, filmes.”

Na fala dos professores aparecem os recursos: livros didáticos, filmes, documentários, textos filosóficos e músicas. Apenas o professor C afirmou também trabalhar com a escrita dos alunos e a visão destes.

Segundo Aspis e Gallo:

Assim, aprender a ler e escrever filosofia é um bom caminho para aprender a pensar filosoficamente. É o conhecimento dos elementos constitutivos do texto filosófico, os reiterados exercícios das operações do pensamento que

constituem o discurso filosófico, que podem dar os instrumentos para decifrar o pensamento filosófico, o que pode possibilitar, por sua vez, uma posterior criação de filosofia. (2009, p. 19 e 20).

A atitude do professor C de uso da “escrita dos alunos” mostra-se pertinente à luz do que assevera Aspis e Gallo (2009): a utilização da leitura e escrita filosófica conduz ao pensar filosoficamente.

Ainda para esses autores,

se a filosofia é uma atividade, não basta que a conheçamos de maneira passiva. É preciso experimentá-la. Se a filosofia é uma atividade, só aprendemos filosofia quando experimentamos, quando praticamos a atividade filosófica (2009, p.41).

No propósito de trazer o aluno do ensino médio para a convivência com a filosofia, os autores Aspis e Gallo (2009) sugerem expor textos não constituídos inicialmente como filosóficos a exemplo de filmes, imagens e só, posteriormente, apresentar textos filosóficos. Apresentando também a história da filosofia, pois nenhuma destas apresentações da filosofia está desvinculada de sua razão de ser. E a partir daí, proporcionar aos alunos a escrita filosófica, a tentativa de ensaiar seus próprios pensamentos e expor sua argumentação a partir de um problema escolhido, compondo raciocínios e iniciando a primeira tentativa de filosofar.

**Questão 13:** Como é feita na escola a organização curricular da disciplina de filosofia? O que se prioriza: temas filosóficos ou história da filosofia?

**Respostas:** Todos responderam. A seguir:

ESCOLAS	PROFESSORES	<u>ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA DISCIPLINA</u> <u>FILOSOFIA</u>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor A</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “A gente obedece o que vem estipulado pela Secretaria de Educação, mas a gente pode alterar também. Mas, prefiro conteúdos filosóficos porque despertam mais o interesse dos alunos em temas como os grandes filósofos seja da antiguidade, medieval, moderno ou contemporâneo.”</li> </ul>

Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	• Professor B	• “Eu percebi aqui no livro didático que ele segue os dois, pois primeiro apresenta a história para ter os temas filosóficos. A organização curricular segue o roteiro do livro. Lembro que antes não tinha livro didático na escola e era muito difícil para preparar as aulas. Mas, também sinto dificuldade porque na maioria das vezes não dá para terminar o livro didático.”
	• Professor C	• “Prioriza ambas as temáticas. Escolhe pela série a ser lecionada, pois é um livro didático único para as 3 séries do Ensino Médio.”
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	• Professor D	• “São levados em conta os conteúdos do ENEM, mas gosto muito dos temas filosóficos.”

Ficou claro que a organização curricular da disciplina de filosofia centraliza-se no livro didático. Abordam-se temas filosóficos e história da filosofia desde que os livros os tragam.

Essa questão é interessante, pois as falas dos professores não apontam para uma definição do que se prioriza, se temas filosóficos se história da filosofia, ficando claro que é seguido o livro didático sem uma percepção de priorização ou união de propostas. Só a metade dos professores demonstrou perceber a presença no livro didático tanto dos temas filosóficos quanto da história da filosofia. Um professor citou o direcionamento do ensino para o ENEM.

Pelo segmento quase que absoluto ao livro didático, pressupõe-se não existir o uso da autonomia para adequação do currículo à realidade de cada turma. Vale ressaltar, conforme Gelamo (2009), que a preocupação do que ensinar ainda é uma questão de debates, bem como ainda é um desafio para o ensino de filosofia.

**Questão 14:** É feito o planejamento das aulas? De quanto em quanto tempo?

**Respostas:** Todos responderam. A seguir:

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b><u>PLANEJAMENTO DAS AULAS</u></b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	• Professor A	• “Sim, é feito semanal, mas pode ser alterado mediante um novo acontecimento.”
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	• Professor B	• “Sim, semestral.”
	• Professor C	• “Feito semestralmente.”
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	• Professor D	• “Sim, semestralmente.”

Os professores informaram que o planejamento é feito por semestre, somente um professor disse ser feito semanalmente.

**Questão 15:** O plano de aula é construído de acordo com o projeto político pedagógico? De que maneira é feita essa elaboração do plano de aula?

**Respostas:** Todos responderam. A seguir:

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b><u>PLANO DE AULA E PPP</u></b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	• Professor A	• “Sim, atendendo a comunidade escolar também. O planejamento básico é o conteúdo pedagógico.”
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de	• Professor B	• “É baseado no PPP da escola. É feita a ementa, mas a coordenação informa que pode acrescentar mais conteúdos.”

Assis	• Professor C	• “Sim, é discutido com os colegas a partir dos livros didáticos.”
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	• Professor D	• “Sim, no planejamento e nas jornadas pedagógicas. Leva em conta o conteúdo programático dos livros e a partir da análise das provas dos vestibulares.”

Aqui é detectada uma lacuna e inconsistência, uma vez que não fica claro quais propostas do PPP são seguidas e não há o que seguir nos PPP dessas escolas acerca do ensino de filosofia. Os professores afirmaram construir o plano de aula da disciplina de filosofia de acordo com os PPP de suas escolas; mas como isso é possível se os referidos PPP não orientam ou sugerem a forma de ensino de filosofia, pois só contêm objetivos gerais do ensino-aprendizagem? Infere-se, portanto, que se nos PPP não há um direcionamento específico para o ensino de filosofia, os professores elaboram seus planos de aula em conformidade com estes PPP apenas quanto a seus preceitos pedagógicos genéricos.

Logo, há imprecisão no modo como essas aulas são planejadas de acordo com o PPP, por ser este desatualizado e omissivo no tocante ao ensino de filosofia. Apenas o PPP de uma escola foi atualizado e, mesmo assim, não especifica os objetivos e/ou as diretrizes do ensino de cada disciplina.

Foi possível perceber que ao questionar sobre plano de aula, os professores aludem somente a conteúdo, não tratam de conteúdo aliado à metodologia e recursos, com o cuidado de adequá-los às especificidades de cada turma. Isso não causa maior estranheza se considerarmos que na maior parte das vezes, as aulas possam se reduzir a aulas expositivas e se reconhecermos a dificuldade, sobremaneira presente, em trabalhar a filosofia em sala de aula de uma forma mais prática e efetiva. Esse, indubitavelmente, é um eminente desafio a ser enfrentado pelo ensino de filosofia no ensino médio das escolas públicas.

Aspis e Gallo (2009, p. 69 e 70) corroboram: “o filosofar só se faz com método, o professor precisa munir-se de um repertório, construir estratégias de aula, definir seus objetivos e traçar suas linhas de ação.” Ainda segundo eles: “há

métodos, que podem ser experimentados, testados, reelaborados, aperfeiçoados, em um trabalho contínuo e constante (2009, p. 71)”.

É a partir do planejamento da aula que pode se tornar possível a consecução do ensino de filosofia pensado filosoficamente. No qual exista o despertar os jovens para a reflexão filosófica, bem como transmitir aos alunos do Ensino Médio o legado da tradição e o gosto pelo pensamento inovador, crítico e independente.

Cabe ressaltar que essa questão da metodologia ainda é um dos desafios da filosofia, ou seja, a procura por uma metodologia do ensino da Filosofia e do ensino do filosofar.

**Questão 16:** A partir dos assuntos indicados pelo professor, este acata sugestões de assuntos dos estudantes?

**Respostas:** Todos responderam. A seguir:

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b><u>CONTEÚDOS FLEXÍVEIS</u></b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	• Professor A	• “Sim, porque atualmente a nova escola cobra isso, pois acabou aquele tempo em que o professor era ‘rei’.”
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	• Professor B	• “Sim, já aconteceu muito isso.”
	• Professor C	• “Os alunos são ‘robotizados’, isso não acontece. O alunos ou não gostam ou não querem participar.”
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	• Professor D	• “Sim, filosofia é diálogo.”

Os professores, em sua maioria, responderam que acatam sugestões de assuntos vindas dos estudantes. Apenas o professor C respondeu que não e ainda informou que os alunos são “robotizados”. Isso pode ser uma questão preocupante, pois os jovens são, naturalmente, inquietos, questionadores e falam o que sentem.

Talvez seja o caso de esse professor e repensar sua prática e ver o que acontece se abrir mais espaço para o diálogo, permitindo que os alunos se expressem, externando o que pensam e sentem.

Deve-se lembrar que a filosofia é um espaço para o pensar, então como os alunos irão expor seus pensamentos?

Segundo Aspis e Gallo (2009), aos alunos deve ser propiciada a tentativa de ensaiar seus próprios pensamentos e expor sua argumentação a partir de um problema escolhido, compondo raciocínios e, assim, iniciar a primeira tentativa de filosofar.

**Questão 17:** Como é possível integrar a filosofia com as demais disciplinas?

**Respostas:** Todos responderam que sim. A seguir:

<b>ESCOLAS</b>	<b>PROFESSORES</b>	<b><u>FILOSOFIA E AS DEMAIS DISCIPLINAS</u></b>
Escola Estadual Professor Aloísio Ernande Brandão	• Professor A	• “Deve, porque a filosofia fica mais completa com a ligação com as outras.”
Escola Estadual Professora Maria Laura Chagas de Assis	• Professor B	• “Com certeza, pois às vezes percebo que a filosofia dá uma pincelada em todas as demais disciplinas, porque ela é muito questionadora.”
	• Professor C	• “A filosofia abre esse espaço, ela tem essa flexibilidade.”
Escola Estadual Professor Mileno Ferreira da Silva	• Professor D	• “Sim, principalmente com o ENEM onde os assuntos são interdisciplinares.”

É um fator positivo a afirmação dos professores, porque a filosofia tem esse poder de andar junto das outras disciplinas, levando os alunos a refletirem, questionarem e conceituarem acerca das diversas temáticas estudadas.

A fala dos professores é unânime em afirmar que é possível integrar a filosofia com as demais disciplinas, isso mesmo depois de sua obrigatoriedade no ensino médio como disciplina, uma vez que anteriormente ela era tida apenas como abordagem interdisciplinar, ou seja, não tinha um lugar específico no currículo e aparecia de forma transversal.

Nessa contextualização, cabe ressaltar Gallo (2002, p. 199) que diz que ensinar filosofia é:

(...) um exercício de apelo à diversidade, ao perspectivismo; é um exercício de acesso a questões fundamentais para a existência humana; é um exercício de abertura ao risco, de busca de criatividade, de um pensamento sempre fresco; é um exercício da pergunta e da desconfiância da resposta fácil. Quem não estiver disposto a tais exercícios, dificilmente encontrará prazer e êxito nesta aventura que é ensinar filosofia, aprender filosofia.

Dessa sorte, a integração da filosofia com as demais disciplinas, favorece estas através dos benefícios da reflexão filosófica diante dos diversos temas, assim como favorece a filosofia tornando-a familiar e demonstrando sua importância. Demonstra-se, aqui, que há a concordância dos professores da possibilidade de integração da filosofia às demais disciplinas, o que é algo positivo e construtivo; no entanto, sabe-se que a integração efetiva ainda tem um longo caminho a percorrer, transpondo a prática do lecionar isolado, sem um planejamento globalizado, que obsta a efetividade dessa integração.

Após a entrevista, os professores desabafaram espontaneamente e sintetizaram as dificuldades e desafios que enfrentam no ensino de filosofia, destacaram algumas situações:

- A carga horária da disciplina insuficiente (01 hora por semana), ou seja, pouco tempo para discussão;
- Os conteúdos dos livros didáticos são complexos para a realidade dos alunos, no caso para o nível de aprendizagem dos alunos;
- Muitas vezes os livros didáticos chegam em quantidades insuficientes para todos os alunos das turmas;
- A carência de professores;
- Os atrasos no calendário escolar (devido a greves e carências de docentes);

- A troca de professores contratados de filosofia é constante e dificulta a aprendizagem dos alunos;
- A falta de valorização do ensino de filosofia, tanto por parte dos próprios professores que ensinam quanto do governo;
- A falta de formação continuada para os professores;
- O esgotamento/sobrecarga do professor, devido a carga horária ser apenas de 01 (uma) hora por turma o professor tem que ser lotado em 5 escolas ou mais para ter uma carga horária boa para se manter, também, muitas vezes, quando o professor não completa a carga horária com a disciplina de filosofia o colocam para ensinar disciplinas diferentes;
- A dificuldade de fazer os alunos exporem o pensamento tanto de forma verbal quanto escrita, pois muitos não sabem nem ler ou escrever direito, ou quando escrevem não compreendem o que escreveram;
- É bem difícil a realidade do dia a dia em sala de aula;
- A filosofia deveria ter mais destaque desde o Ensino Médio ao Ensino Superior;

Diante das falas dos professores, foi possível extrair indicadores relativos ao ensino de filosofia. Esses indicadores apresentam as necessidades de atenção ao ensino de filosofia, frente a variadas situações adversas que são comuns ao ensino público estadual.

A falta de professores formados em filosofia, para que este ensino aconteça de forma efetiva e significativa, encabeça os entraves para o ensino de filosofia; deixando o ensino de filosofia pensado filosoficamente para o campo do ideal e longe do real.

### **3.1 Uma amostra do que dizem os alunos do Ensino Médio de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas**

Participaram deste estudo 6 turmas, totalizando 152 alunos do 1º ao 3º Ano do Ensino Médio, que responderam ao questionário, nas três escolas estaduais de ensino médio existentes na cidade de Santana do Ipanema/AL.

Foram direcionadas perguntas aos jovens sobre a vivência deles com a filosofia em sala de aula. Respondidos os questionamentos, foram discutidas as respostas. Para efeito dessa pesquisa foram transcritas as sínteses das respostas obtidas às questões propostas aos alunos, bem como, em algumas respostas foram descritos os percentuais correspondentes. Salienta-se que as falas dos alunos foram corrigidas, com o intento de uma melhor compreensão, mas registra-se aqui a perceptível dificuldade de escrita de grande parte dos alunos entrevistados.

**Questão 1:** Você gosta das aulas de filosofia? Justifique sua resposta.

**Respostas:** Todos responderam, sendo que os poucos alunos que responderam negativamente a esse questionamento justificaram que não gostam porque é uma disciplina muito complicada, difícil de compreender, com uma linguagem estressante, que não dá para entender nada, que as aulas não são atrativas, ou ainda, que o docente que leciona a disciplina não passa os conteúdos de forma clara. A maior parte justificou que não gosta porque não consegue entender o que é passado na aula.

TOTAL DE ALUNOS	SIM	NÃO
152	129	23

Dos 152 alunos que responderam o questionário, 129 alunos apontaram aspectos positivos ao falar sobre a sua experiência com as aulas de filosofia, já os demais 23 alunos apontaram aspectos negativos nas aulas. Nesse questionamento ninguém deixou de responder, não houve resposta em branco.

Foram selecionadas algumas falas afirmativas, que foram a maioria:

“Sim, pois a filosofia fala muito da realidade, fala sempre do ser humano.”

“Sim, porque a gente aprende a viver em cidadania, respeitar os outros.”

“Sim, porque são muito legais os assuntos, alunos debatem com o professor, isso nos faz compreender melhor os assuntos.”

“Sim, porque a filosofia é a arte da vida, é onde aprendemos que a vida é bem mais importante do que a gente imagina.”

“Sim, pois retrata muitas coisas do nosso dia-a-dia, fala dos grandes filósofos e permite-nos expressar nossas opiniões e ideias.”

“Sim, porque o professor explica muito bem e eu consigo entender o que ele fala.”

“Sim, apesar das poucas aulas que temos por semana.”

Esses dados apontam de um lado um aspecto preocupante, de uma minoria que não está sendo alcançada, do outro lado um amplo terreno fértil, para disseminação e consecução do escopo do ensino de filosofia aos jovens do ensino médio.

**Questão 2:** O que você espera das aulas de filosofia?

**Respostas:** Todos responderam a esta questão, inclusive quem falou que não gostava de filosofia. A fala dos que disseram não gostar de filosofia resumiu-se em dizer que esperam das aulas de filosofia compreender o que é filosofia e o que ela quer ensinar, esperam achá-la interessante e útil, querem aulas mais dinâmicas. Os alunos que disseram gostar de filosofia esperam das aulas de filosofia: “aprender”; “que a aula seja sempre interessante”; “novidades”; “que trate da realidade do mundo e da vida”; “aulas com conteúdo”; “bom conteúdo”; “entender o conteúdo”; “aula boa para utilizarmos no dia-a-dia e na vida profissional”; “aprender sobre política”; “aulas dinâmicas”; “professor que saiba ensinar”; “mundo real”; “entender o objetivo da filosofia”; “aulas com diálogo”; “utilizar o computador para mostrar os filósofos”; “melhorias para a vida”; “mais aprofundamento”; “mostrar caminhos de conhecer a filosofia”; “sair da rotina”; “muitos textos e perguntas complicadas”; “aulas com professores qualificados e que não falem”; “que melhore o ensino”; “aumentar a quantidade de aulas na semana”; “aulas inusitadas”.

Mais falas:

“Eu espero que ela me ensine cada vez mais como pensar filosoficamente e como viver em sociedade.”

“Novidades, porque cada um de nós espera coisas novas para diferenciar um pouco mais. Tipo, trazer ou mostrar algo novo e que seja interessante.”

“Que sejam cada vez mais interessantes do que são, para nos ajudar na vida social e quem sabe também na vida profissional mais na frente.”

“Aulas dinâmicas sobre o assunto, que fale mais sobre o mundo em si para que a gente fique por dentro do que acontece.”

“Eu espero, não gostando assim mesmo, um bom aprendizado e que entenda qual é o objetivo de ensino da filosofia.”

“Espero aulas que contenham mais diálogo com os alunos, ou seja, mais participação dos alunos.”

“Algo diferente de ler, ler, ler, só fazemos isso.”

“Espero que sejam aulas mais atrativas, porque tenho dificuldades em aprender com o professor só falando ou escrevendo.”

“Eu espero desenvolvimento crítico e social do meu conhecimento. E que o professor se aprofunde ainda mais nos assuntos relacionados à filosofia.”

“Professores qualificados para nos ensinar com compromisso, sem faltar as aulas.”

“Aumentar a quantidade de aulas na semana porque só tem uma aula.”

Pôde-se perceber que todos os alunos entrevistados demonstraram alguma insatisfação e esperam serem melhores as aulas de filosofia. Apareceu quem falasse inclusive de necessidades básicas: aulas com professor qualificado que não falte.

Houve um ponto de convergência entre as falas dos professores e as dos alunos: a concordância de que há reduzida quantidade de aulas por semana, pouco tempo de aula.

O que paira atualmente na área educacional é uma preocupação acerca do desinteresse que os jovens estão tendo com a escola. Então, de que maneira a escola poderá competir com as diversas novidades que existem fora do ambiente escolar na hora da aula?

De acordo com Aspis e Gallo (2009), preocupação é legítima em se tratando especificamente dos professores de filosofia, uma vez que existem alguns motivos a mais para a existência dessa preocupação: falta de tradição desse ensino nas escolas, levando uma desconfiança da sua importância por parte dos jovens, a sua peculiaridade de ser um estudo bastante abstrato e dissertativo, a imagem/preconceito que se tem de que a filosofia é inútil. Dessa forma, a preocupação com o desinteresse dos jovens pela filosofia e os possíveis motivos

mostram-se desafios para o ensino de filosofia, mais ainda para o ensino de filosofia pensado filosoficamente.

Esses mesmos autores esclarecem que: “atualmente os professores de filosofia vivem o problema não só de ter de saber o que e como ensinar, mas o de apresentar a filosofia aos jovens de forma instigante.” (2009, p. 75)

Portanto, para Aspis e Gallo:

É importante pensar que o que poderá, desde o início, trazer o interesse dos alunos para as aulas é a aproximação que se possa fazer das questões a serem tratadas em nossas vidas, nossa realidade. Certamente se conseguirmos logo no começo mostrar aos alunos que a filosofia trata das questões humanas mais fundamentais e que estas são exatamente aquelas com as quais nos debatemos quando não estamos por demais tomados pelo corre-corre do cotidiano, isto aumentará seu interesse.

(...)

O importante é utilizar recursos imagéticos e textuais que sejam familiares ao universo dos alunos para aproximar a filosofia de suas vidas, para que saibam que o estudo da filosofia está diretamente ligado ao tratamento dos problemas humanos. (2009, p. 76)

Essas questões, “podem ser um trabalho de pensarmos filosoficamente sobre quais podem ser as coordenadas, balizas, de trabalho específico para o ensino.” (ASPIS E GALLO, 2009, p. 81)

**Questão 3:** Dos conteúdos vistos na disciplina de filosofia, quais você mais gosta? Justifique sua resposta.

**Respostas:** Todos responderam. Temas que os alunos indicaram: “Aristóteles”; “ser humano”; “política”; “fé”; “razão”; “frases filosóficas”; “mitologia grega”; “leis e direitos”; “cidadania”; “cristianismo”; “acontecimentos do dia-a-dia; empirismo e racionalismo”; “Karl Max”; “Kant”; “ciência e modernidade”; “linguagem e pensamento”; “Ideologia”; “Platão”; “deuses”; “filmes”; “ética”; “bem e o mal”; “moral”; “crença”; “arte”; “sofistas”; “pré-socráticos”.

Foram selecionadas algumas falas com justificativas:

“Deveres, políticas sociais, porque eu aprendi que devemos cumprir com nossas obrigações e é direito nosso ter acesso à saúde, esporte, lazer, cultura e segurança.”

“Eu gosto de desvendar as frases, tipo ‘nenhum homem é uma ilha’, significa que o homem não pode viver isolado de todos e do mundo. Ele tem que criar e renovar as coisas a cada dia.”

“Eu gosto mais quando o professor fala realmente do que acontece no nosso dia-a-dia.”

“Eu gosto mais dos antigos filósofos gregos e como os filósofos gregos pensavam sobre a filosofia.”

“Empirismo e racionalismo, pois foi uma teoria do conhecimento que afirma que o conhecimento vem apenas ou principalmente a partir da experiência.”

Com essas falas dos alunos fica demonstrado que eles procuram nos conteúdos, principalmente, sentido, significado que justifique a relevância de serem estudados.

**Questão 4:** Para você o que é a filosofia?

**Respostas:** 02 (dois) alunos não responderam, os demais ficaram divididos entre os que responderam o que sabem a respeito e os que afirmaram não saber.

**Responderam o que sabem a respeito** – 88, 81%

**Afirmaram não saber** – 9,87%

**Deixaram em branco** – 1,32%

Foram selecionadas algumas falas representativas:

“Filosofia é um novo começo de vida faz a gente recomeçar, porque faz mudar em você alguma coisa que lhe perturbe.”

“A filosofia também pode ser o modo de uma pessoa se expressar, expor seus pensamentos. A palavra filosofia também pode ser sinônimo de ‘busca do saber’.”

“É dar a sua própria opinião.”

“É uma matéria que mostra um pouco da realidade em nossa cidade, ela é bastante curiosa e interessante e também é um pouquinho difícil.”

“Para mim a filosofia é uma disciplina que nos ensina a viver o dia-a-dia.”

“Para mim a filosofia é uma forma de abrir os nossos olhos, porque fala sobre política e sobre as nossas necessidades.”

“Filosofia é o estudo das coisas, por que acontece aquilo, por que a sociedade age assim. Estuda a sociedade em si o que se passa ao nosso redor.”

“É mostrar a realidade como de fato ela está acontecendo, e às vezes influenciando jovens e adultos a buscar o conhecimento muito além do que eles têm.”

“Para mim a filosofia é uma descoberta para a história dela e a gente conhecer mais sobre a filosofia.”

“Filosofia é um conhecimento dos historiadores etc.”

“Filosofia faz parte da nossa sociedade, pois quando estamos filosofando, estamos nos entendendo em si próprios.”

“A filosofia são os pensamentos que temos e desses pensamentos se transformam em uma ideologia sobre tudo o que acontece.”

“Pra mim, filosofia é o estudo que estuda o jeito de pensar e falar das pessoas.”

“É o estudo de tudo desde o começo, é entender as evoluções passo a passo, pois através do pensamento estuda o desenvolvimento das ciências para ter um mundo melhor.”

“Filosofia é o conhecimento da vida.”

“É todo o entendimento da classe social e do mundo em que vivemos.”

“É o ato de filosofar sobre as ideias de cada coisa.”

“É uma matéria que ensina a gente sobreviver.”

“É estudar os acontecimentos históricos sobre a humanidade e entender mais sobre as pessoas.”

“Filosofia é onde passamos a saber muitos conteúdos e aprender muito mais.”

“Filosofia é um estudo que estimula muito o conhecimento dos jovens.”

“É o estudo do pensamento das pessoas.”

“É o estudo de alguma coisa, porque todos os assuntos tem dizendo que ‘ O estudo de ...’ ”

“São fases que passam durante anos e o homem através da filosofia tenta explicar.”

“É uma matéria que tem como principal objetivo mostrar para sociedade os pensamentos dos filósofos.”

“Para mim a filosofia é uma aula que nos ensina a viver o dia a dia.”

“A filosofia pra mim é ter a capacidade de pensar, porque eu simplesmente acho isso.”

Alguns definiram de forma desconstruída e vaga, outros se aproximaram mais, demonstraram em suas falas que para eles a filosofia representa busca, recomeço, expressão, complexidade, busca do conhecimento, exposição da realidade, esclarecimento, convite ao entendimento, estudo do pensamento, conhecimento do ser humano.

Algumas falas dos que responderam não saber o que é filosofia:

“Nem sei explicar, não entendo muito bem o que é.”

“Não sei ou não lembro.”

“Não sei, porque ainda não estudei o bastante para responder essa pergunta.”

“Bom, pra mim a filosofia não é entendida, eu não posso explicar mais.

Analisando as respostas, constata-se que, declaradamente, alguns alunos não souberam conceituar filosofia e muitos demonstraram dificuldade em responder satisfatoriamente o que compreendem por filosofia; poucos alunos aproximaram-se da essência da filosofia.

**Questão 5:** Você acredita que a filosofia auxilia na formação dos jovens? Justifique sua resposta.

**Respostas:** Apenas 02 (dois) alunos não responderam a questão, ficando assim:

**Sim** – 79,60%

**Não** – 19,08%

**Branco** – 1,32%

Algumas falas afirmativas:

“Acredito que sim, porque nós começamos a entender a vida na filosofia.”

“Sim, porque tudo que aprendemos aqui em sala vivemos lá fora.”

“Sim, porque cada um de nós tem atitudes e opções para construir um mundo melhor, sem drogas e violência. A filosofia incentiva a gente a ter atitudes melhores.”

“Sim, porque a filosofia retrata coisas do nosso cotidiano, nos dá poder de liberdade de expressão e nos ajuda a ter uma boa reflexão.”

“Sim, porque ela ensina, mostra o que os jovens devem fazer no futuro e cada aluno que passa por ela se sente sortudo por se formar na matéria filosofia”.

“Eu não sei a certeza se auxilia ou não, porque muitos jovens não querem saber muito dessas coisas, mas pra mim auxilia.”

“Acredito que auxilia, mas muitos jovens não querem saber de filosofia.”

Disseram não:

“Não muito, porque muitos jovens não querem saber de nada, não dão importância aos estudos e nem a sociedade.”

“Não, porque a juventude está difícil de concentrar-se no que realmente quer.”

“Acredito que não.”

“Não. Palavras e frases bonitas não formam ninguém.”

“Não. Porque ela não acredita no fim, acredita na razão. E isso leva os jovens a perderem a crença, a fé em Deus. Isso atrapalha o envolvimento espiritual.”

“Mais ou menos, para isso tenho eu que saber mais o que é filosofia.”

É muito bom que a maioria dos alunos tenha essa percepção de aceitação e de valorização da filosofia na formação deles, como jovens. E os que ainda não tem, ainda assim, são terrenos aptos à sementeira. São jovens ávidos por descobrir o mundo e ensiná-los filosofia não só em teoria, mas, na prática, a filosofar é um bem que tem tudo para ser bem aceito por eles.

**Questão 6:** Para você o que seria filosofar?

**Respostas:** Nesta questão o número de alunos que deixou a resposta em branco aumentou para 06 (seis). Ficou assim:

**Responderam o que sabem** – 73,02%

**Disseram não saber** – 23,03%

**Deixaram em branco** – 3,95%

Foram selecionadas algumas falas representativas:

“Conversar, expor suas palavras, seu conhecimento, seu pensamento sobre algo, sua justificativa, expor também o seu saber.”

“Para mim filosofar é contar tudo que se passa na nossa sociedade.”

“Filosofia é um jeito de pensar diferente e ver o mundo melhor.”

“Refletir.”

“Pensar nas coisas, questioná-las”.

“Filosofar é querer o conhecimento das coisas.”

“Seria questionar inúmeras perguntas, mas poucas respostas.”

“Filosofar seria utilizar a filosofia no seu dia-a-dia.”

“Falar bonito, explicar bem e ter um bom conhecimento da vida e dos fatos da sociedade.”

“Pensar, se perguntar os porquês, questionar, duvidar.”

“Seria driblar a realidade, tentando entender todos os por quês, de que, onde, o que, etc.”

“É entender um assunto e tirar suas próprias conclusões a respeito do assunto e expressar tudo o que se pensar de maneira bem clara.”

“Acho que é pensar, pensar e muito viu! Porque na filosofia sempre tem que ter um por que.”

“Agir de maneira própria, acreditar em seus conhecimentos e desenvolvê-los e buscar as respostas das coisas.”

“Seria pensar como os filósofos, pois para tudo querem uma resposta.”

“Não é falar o que a gente pensa ou acredita que seja, mas é falar de acordo com a ciência, origem verdadeira das coisas.”

“Não sei, no momento não me lembro. Não entendo nada do que o professor fala.”

“Para mim a filosofia é uma matéria muito complicada.”

“Na verdade não sei o que seria, talvez se explicassem mais eu saberia.”

“Não sei, não sei nem o que é filosofia muito menos filosofar.”

“Não eu não penso direito.”

“Não sei, porque ainda não consegui filosofar.”

“Não sei filosofar e muito menos explicar.”

Dentre os 73,02% dos alunos entrevistados que responderam a questão, somente na fala de alguns alunos aparecem apontamentos aproximados do filosofar, como prática do questionar, ter criticidade, pensamento autônomo, construção de uma abordagem própria, problematização e busca de saídas. Por outro lado, 23,03% dos alunos nem se arriscam a explicar, dizem claramente que a disciplina de filosofia é algo que eles ainda não entendem: “não sei”, “não sei nem o que é filosofia muito

menos filosofar”; “não, eu não penso direito”; “não sei, no momento não me lembro”; “não entendo nada do que o professor fala”; “para mim a filosofia é uma matéria muito complicada”.

Até que ponto as aulas de filosofia no ensino médio possibilitam o entendimento dos alunos acerca da filosofia e do filosofar? Essas falas indicam a dificuldade dos alunos de entender e se apropriar do filosofar, reforça a realidade deficiente do ensino de filosofia imerso em entraves sistêmicos e específicos do ensinar e do aprender.

**Questão 7:** Você compreende os conteúdos da aula de filosofia? Justifique sua resposta.

**Respostas:** Apenas 01 (um) aluno não respondeu a questão. As respostas, surpreendentemente, ficaram assim:

**Não** – 50%

**Sim** – 49,34%

**Branco** – 0,66%

Foram selecionadas algumas falas elucidativas:

“Sim, porque os conteúdos tem tudo a ver com o cotidiano.”

“Não, porque eu acho muito difícil para compreender isso tudo.”

“Sim, porque estudar filosofia é muito bom, os assuntos cada vez que você começa a estudar não dá vontade de parar mais por ser muito interessante.”

“Vou ser sincera... Não!! Porque eu não consigo compreender o que o professor fala.”

“Sim, pois falo o que penso e dou minha opinião sobre as coisas.”

“Às vezes sim, às vezes não, porque tem conteúdos não muito interessantes.”

“Às vezes eu compreendo quando o assunto é sobre os grandes pensadores.”

“Não, porque é uma aula muito chata.”

“Não, não sou muito fã dessa matéria acho que é por isso que não compreenda nada.”

“Às vezes, não sempre, pois tem professores que não conseguem explicar o tanto que dar para o aluno aprender.”

“Alguma coisa, porque é muita coisa para aprender de uma só vez.”

“Não, complicados demais!”

“Um pouco, às vezes por não me despertar tanto nas aulas, por ser um conteúdo cansativo e longo demais e não tão explicado.”

“Não, porque o estudo da filosofia me complica e não combina comigo, ela é contra os meus pensamentos porque a fé é que me conduz.”

“Vou ser sincera: Não!! Porque eu não consigo compreender o que o professor fala!”

“Não, é muito complicado e dá sono.”

“Não, não consigo entender as aulas.”

“Não muito claramente, pois não “vimos” essa matéria, bem explicada no ano anterior.”

“Não, porque não presto atenção.”

“Nem sempre, às vezes eu acho bem chato, até porque fala de coisas que não existem mais, às vezes acho desnecessário.”

“Às vezes sim, às vezes não. Talvez seja por causa da maneira que o professor ensine ou de mim se eu não estiver prestando bem atenção.”

“Às vezes sim e às não. Depende do professor, o meu professor do ano passado não passou todo seu conhecimento pra mim por exemplo, nem o básico.”

“Não, as aulas eram muito ruins, era a mesma coisa de num ter professor na sala.”

“Às vezes sim, às vezes não. Depende de como o professor trabalha esse conteúdo.”

“Não muito bem. Não me identifico muito com o assunto.”

“Não muito, pois os contextos relatados nas aulas são difíceis para nós estudantes que não obtivemos desde o início do 1º grau uma aula que possa nos ajudar a compreender melhor.”

“Não, porque os conteúdos até hoje não influenciaram nada em minha vida.”

“Não, porque sinceramente eu não acho interessante.”

“Não, porque são tantos porquês, que dar preguiça de pensar.”

“Mais ou menos, porque tem muitas coisas nela que às vezes eu fico sem tempo pra pensar.”

“Mais ou menos, porque depois esqueço o que o professor fala e o que ele explica.”

De acordo com as falas, os conteúdos da disciplina de filosofia não são bem compreendidos pelos alunos, uma vez que 50% dos entrevistados afirmou que não entende os conteúdos.

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio – MEC - de 2006 sugerem em sua organização histórica dos conteúdos de filosofia, uma lista extensa de temáticas e autores organizados historicamente. É fato que os conteúdos teóricos precisam ser socializados aos alunos, logo, o modo de ensinar é um dos grandes desafios do ensino de filosofia. Diante dessa realidade de dificuldade de levar a filosofia ao aluno, o pensar filosoficamente esse ensino mostra-se um desafio ainda maior; por ora, parece uma realidade distante de ser alcançada, frente às dificuldades vivenciadas por alunos e professores.

As escolas em questão utilizam o livro didático fornecido pelo MEC, forma condensada dos principais sistemas filosóficos. Isso é bom para o norteamento dos professores quanto aos conteúdos a serem lecionados, todavia, o professor de filosofia precisa policiar sua metodologia para não incorrer num ensino massificador, o qual, conforme Aspís e Gallo (2009), pode desencadear a formação de um cidadão passivo.

Pelo resultado das respostas nota-se uma distância da compreensão dos alunos com o que é ensinado. Há que atentar para o risco do enciclopedismo, ou seja, apenas descarregar vários conteúdos nos alunos. Para Aspís e Gallo (2009), se isto vier a acontecer, as consequências podem ser uma indiferença para com as aulas de filosofia, um desinteresse que pode facilmente evoluir para um desprezo e uma aversão.

O ensino preocupado em ensinar os alunos a filosofar, construir suas próprias ideias e conceitos, é possível que chegue mais próximo e seja mais compreensível por eles. Assim, decerto este quadro apresentado na pesquisa poderia ser diferente.

Como esclarece Aspís e Gallo (2009):

Imaginamos ser possível um ensino de filosofia para jovens que seja uma arma de produção de suas próprias versões do mundo (...). **Um ensino que se dê de maneira tal que leve ao desenvolvimento de uma disciplina filosófica no pensamento. Além da forma de pensar** da ciência, para a qual treinamos tão bem os jovens, além da lógica do mercado, suas

seduções, o marketing, para além das tradições e senso comum, apresentar aos jovens e dar oportunidades de ensaiarem uma outra forma de pensar: a filosófica. A partir de suas questões, dos problemas da vida hoje, apresentar filosofias criadas na história, ensinar a lerem os textos filosóficos, ensinar a reconhecerem como se compõem os discursos, como a filosofia opera uma síntese da cultura de cada época de forma conceitual criando saídas para os problemas dos homens. Encorajá-los a ensaiar esses discursos, que tentem, eles também, criar composições filosóficas, usando conceitos filosóficos, em resposta a seus problemas, o que vale dizer, ensaiar a criação filosófica. (...) Talvez possamos praticar um ensino que, no mínimo, e talvez isso já seja suficiente, se conseguirmos, faça os jovens saberem que é possível criar ainda. Que os faça sentir que cada um deles pode ser uma máquina de criação de versões, as suas próprias versões, e saber que a submissão não é a única saída. (...) (2009, p. 14 e 15, grifo nosso)

Não há como filosofar sem entender e mergulhar na filosofia e seus conteúdos filosóficos.

**Questão 8:** Você consegue filosofar? Justifique sua resposta.

**Respostas:** 04 (quatro) alunos não responderam este questionamento. O resultado das respostas foi coerente com o fato de a metade dos alunos, declaradamente, não compreenderem os conteúdos de filosofia, mesmo entre a maioria que disse gostar de filosofia, na pergunta 1.

**Sim** – 38, 15%

**Não** – 59, 22%

**Branco** – 2,63%

Foram selecionadas algumas falas representativas:

“Sim, pois filosofar é ver a realidade do jeito que ela é.”

“Sim, todo mundo filosofa no seu dia-a-dia, mesmo pensando que não filosofa, mas está sim, pois ao conversamos estamos filosofando expondo nossos conhecimentos em nossa vida.”

“Não, porque acho muito complicado pra mim e não tenho costume de filosofar.”

“Às vezes sim, ao assistir as aulas a filosofia e seus sentidos acabam invadindo a mente e me levando a querer entender ainda mais sobre os sentidos da vida.”

“Acho que não, filosofar é uma coisa um pouquinho complicada, prefiro deixar isso para os filósofos.”

“Eu acho que não, porque eu não sei nem o que é filosofar.”

“Não, acho que é difícil.”

“Não. Talvez porque não tenha tempo nem paciência pra ficar pensando.”

“Difícilmente, porque eu tenho dificuldade pra falar com as pessoas, isso dificulta muito até na hora dos debates, trabalhos e outros.”

“Não, porque acho que não tenho capacidade como os filósofos.”

“Não tento mais. Não consigo é preciso de muita compreensão”.

“Não, ainda não, mas vou conseguir um dia”.

“Um pouco, porque a filosofia exige saber o que é certo e errado e nem todo mundo age de maneira correta. E para conversar tem que saber conversar.”

“Não, exige muito do meu fraco raciocínio.”

“Tento, não é fácil. É preciso ter muita concentração e conhecimento do assunto e principalmente prestar atenção no que fala, para que você não acabe se ‘traindo’, dando uma opinião contrária.”

“Não, nunca tentei.”

“Sim, gosto muito de dar lições de vida aos meus amigos quando vejo que eles estão mal, assim eu me sinto bem falando filosoficamente.”

“Não, porque eu nem sei falar sobre filosofia, muito menos filosofar.”

“Não, pois não tenho paciência.”

“Acho que não, pois na verdade copio os pensamentos dos outros filósofos, não tendo minha própria tese.”

“Não sei, se eu já filosofei alguma vez, nem lembro.”

“Não, talvez porque eu nunca tenha realmente tentado.”

“Não sei e se já filosofei algum dia não consigo lembrar.”

“Não, porque eu acho que não consigo filosofar.”

“Não muito, mas algumas vezes eu consigo filosofar. É só para quem entende o que é filosofia.”

“Não, porque eu não consigo interpretar direito a filosofia.”

“Não, porque as aulas não me deram o suporte de aprendizagem.”

“Não sei, nunca fiz algo do tipo, não me interessa, filosofia pra mim não é atrativo.”

“Não, porque o conteúdo tem conhecimento básico, por isso as pessoas tem que se aprofundar mais no conhecimento.”

“Às vezes sim, porque nem todos deixam a gente opinar nosso conhecimento.”

“Não, pois não tenho um modo de pensar tão diferente a chegar a este ponto.”

“Não, porque o estudo da filosofia me complica e não combina comigo, ela é contra os meus pensamentos, porque a fé é que me conduz.”

“Não!!!! Porque não sei...porque tudo que o professor fala eu não consigo entender.”

É possível perceber que os alunos pesquisados, em sua maioria, não conseguem se ver como possíveis filósofos. Não desenvolvendo, portanto, suas características de filósofos, tão pouco potencializando suas características de pensadores natos. O cenário exposto suscita a inferência de que o ensino não está sendo pensado filosoficamente, uma vez que a menção de aprendizado de filosofia nesses alunos não espelha um ensino voltado para o ensinar a filosofar. Principalmente porque os alunos não demonstram ter domínio propriamente do que é filosofia, tampouco do filosofar; aparece diversas vezes o filosofar como exposição de ideias e conhecimento, conversar, aconselhar, dar opinião.

**Questão 9:** Você já utilizou o que aprendeu em filosofia para questões de sua vida? Justifique sua resposta.

**Respostas:** Apenas 2 (dois) alunos não responderam. Quase a metade dos alunos respondeu não ter utilizado os conteúdos de filosofia fora da escola, enquanto que os demais responderam que sim ou deixaram em branco:

**Sim** – 52, 63%

**Não** – 46, 05%

**Branco** – 1,32%

Foram selecionadas algumas falas:

“Sim, quando eu passei por um problema e tive que mudar, aprendi muito o que é certo e errado.”

“Sim, muitas vezes que estou sem saber o que fazer quando eu tenho aula de filosofia eu encontro uma saída, por isso é que eu gosto de filosofia.”

“Sim, vivo em cidadania respeitando uns aos outros.”

“Não, porque ainda não sei todos os conteúdos da filosofia.”

“Não, porque eu nunca pensei nesse ponto de vista, mas eu vou tentar.”

Apesar do grande número de alunos que ainda não consegue ver a utilização da filosofia em sua vivência, um pouco mais da metade (52,63%) dos alunos afirmam viver, ou já ter vivido fazendo uso da filosofia além das paredes da sala de aula. Isso é importante, pois mesmo com a visão incipiente que eles tenham de filosofia, aparentam uma receptividade que, se bem orientada, resulta em alunos pensando por si mesmos, obtendo suas experiências e criando seus próprios conceitos acerca de suas vivências.

Ao analisar o conjunto das respostas dos alunos foi possível perceber que eles ainda não têm ideia do que seja efetivamente filosofar, exercer o pensamento filosófico, apesar de 80,86% dos alunos informarem que gostam de filosofia. Até o momento, os alunos pesquisados não conseguiram ainda perceber o significado e o uso que a filosofia pode ter em suas vidas . Uma das questões trouxe um resultado inquietante, apresentando que 50% dos 152 alunos entrevistados não compreendem os conteúdos de filosofia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho deu para perceber as idas e vindas que a disciplina de filosofia enfrentou no seu contexto histórico desde o período da ditadura no Brasil até a redemocratização. Idas e vindas essas que deixaram a disciplina de filosofia fora das escolas durante um bom tempo.

Apenas recentemente a disciplina de filosofia volta às escolas de nível médio de forma obrigatória, conforme a Lei n.º 11.684 de 02 de junho de 2008, como apresentado no Capítulo 1. Antes de seu retorno, a luta era para incluir essa disciplina de volta às escolas e agora um dos principais enfrentamentos é buscar metodologias integradas ao contexto sócio-histórico dos jovens do ensino médio e propiciar seu ensino, enfrentando os desafios de se pensar filosoficamente esse ensino.

Buscou-se, no Capítulo 2, entender o conceito de filosofia com base em Deleuze e Guattari, abordou-se o ensino filosófico pela criação de conceitos e o incentivo aos jovens experimentar o “pensar por si mesmos”. Para tanto, Aspis e Gallo trouxeram a temática de Deleuze e Guattari voltada para a educação e a proposta de trabalhar as aulas de filosofia como “oficinas de conceito”. Detemo-nos nesses autores para compreender os conceitos deleuzo-guattarianos e cotejar o contexto pesquisado a partir das respostas obtidas pelos sujeitos participantes, para apontar até que ponto se distancia ou se aproxima de uma perspectiva filosófica de ensino prático.

No Capítulo 3 desta pesquisa mostrou-se como se dá o ensino de filosofia nas três escolas estaduais do Ensino Médio de Santana do Ipanema. Foram analisadas as respostas às entrevistas feitas aos professores de filosofia dessas escolas e aos questionários aplicados aos alunos.

Constatou-se que a prática do ensino de filosofia pensado filosoficamente aparece como uma realidade distante de ser alcançada, frente a inúmeras dificuldades e desafios vivenciados por alunos e professores. Ademais, percebeu-se que o ensino de filosofia a partir da criação de conceitos, abordado e sugerido por Deleuze e Guattari, não aparece na rotina de ensino-aprendizagem dos professores

e alunos pesquisados, visto que os mesmos não fazem menção à criação de conceitos como parte da prática filosófica na qual estão submetidos. Nas respostas de alguns alunos fica claro o distanciamento do entendimento até mesmo do que é filosofar.

Os professores apontam adversidades na efetivação da sua prática de docente de filosofia, muitas delas sistêmicas (carga horária e número de aulas reduzidos, material didático insuficiente, carência e trocas constantes de professor, falta de formação continuada, não valorização e sobrecarga do professor, não valorização da disciplina) e correlatas aos alunos (limitações de leitura e escrita).

Em contrapartida, os alunos apresentam suas insatisfações, imputam, inúmeras vezes, em suas falas, o não gostar ou entender filosofia ao professor, pelas aulas desinteressantes, não acessíveis ao seu entendimento, a falta de formação do professor, uso de metodologias não atrativas, e também a carga horária reduzida.

Evidencia-se a necessidade de alinhamento e ajustes na postura de alunos e professores. Essa pesquisa mostrou um cenário trivial da realidade do ensino de filosofia no ensino médio de escolas públicas. Por ser ainda incipiente o ensino de filosofia como disciplina obrigatória e, ainda mais, por apontar uma realidade de deficiências, toda atenção despendida é precípua.

Como visto, os desafios são inúmeros, mas as possibilidades também; logo, a inserção é luta ganha, que traz em si inúmeros percalços a serem vencidos. Na realidade mostrada, a chegada de professores concursados e formados em filosofia a partir de uma licenciatura mais comprometida com a formação para a docência, que valorize o ensino pensado filosoficamente, pode trazer dias melhores para o ensino de filosofia em Santana do Ipanema, despertando nos alunos o gosto pela filosofia e pelo filosofar.

Destarte, essa pesquisa cumpriu seu propósito de apontar os desafios de pensar filosoficamente o ensino, enfatizando que os ensinantes de filosofia têm um longo caminho a percorrer, com entraves a vencer, para unir o ensino de filosofia à prática do filosofar. A discussão aqui apresentada é bastante pertinente e não tem a pretensão de esgotar a temática do ensino de filosofia, pelo contrário, suscita inúmeros estudos que venham discutir o ensino de filosofia, legitimando sua

relevância e obrigatoriedade como disciplina do ensino médio, uma vez que a temática interessa a várias instâncias da ensinabilidade, tais como: filosofia já implica a ensinabilidade; como se dá a formação do docente em filosofia nos cursos de licenciatura em filosofia? Acabar com o hiato entre bacharelado e licenciatura em filosofia. Qual o lugar da filosofia na Educação Básica, tanto do Ensino Fundamental, como do Ensino Médio? Qual a relação entre filosofia e juventude?

Essas perguntas não fizeram parte de nossa pesquisa, mas foram resultado dela, portanto, são questões que reclamam novas investigações e que são, também, questões filosóficas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Dalton José. **A filosofia no ensino médio: ambiguidades e contradições na LDB**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

ARALDI, Clademir Luís. **A crise na educação e a tarefa do ensino de Filosofia**. In: RIBAS, Maria Alice Coelho et al. *Filosofia e ensino: a filosofia na escola*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, - (Coleção filosofia e ensino; 7).

APPEL, E. J. **Filosofia nos Vestibulares e no Ensino Médio**. Cadernos Per-Filosofia. N. 2, 1999. Disponível em:<  
[www.filosofia.ufpr.br/pet/cadernos/numero2/emmanuel.pdf](http://www.filosofia.ufpr.br/pet/cadernos/numero2/emmanuel.pdf)>. Acesso: em 03/12/2012.

ASPIS, Renata Lima; GALLO, Silvio. **Ensinar Filosofia: um livro para professores**. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia para todas as escolas do Ensino Médio – Parecer CNE/CEB 38/2006 – 07 de julho de 2006**.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001 de 03 de abril de 2001. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Filosofia**. Brasília. Maio 2001.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n.º 9394 de 20 de Dezembro de 1996. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Resolução nº 4 – 16 de agosto de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 21/8/2006, Seção 1, p. 15.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 11.684 – 02 de junho de 2008** – Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 03/06/2008.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Resolução nº 1 – 15 de maio de 2009**. Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 18/05/2009, Seção 1, p. 25.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Básica, Secretaria de Educação Básica. Ciências humanas e suas tecnologias. **Orientações curriculares para o ensino médio**; volume 3. Ministério da Educação: 2006, Brasília.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692\\_71.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm)> Acesso em: 18 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. (MEC). **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília. 1982.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. (MEC). **Resolução CNE/CEB nº 3/98, de 26 de junho 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 05/08/1998 - Seção I – p. 21.  
BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio** – Resolução nº 1 – 15 de maio de 2009.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio** – Resolução nº 4 – 16 de agosto de 2006.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier. Sociologia e filosofia no ensino médio: mudanças profundas na educação brasileira. In: BRASIL. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. **Revista Trilhas Filosóficas**. Letra Capital. Ano1; n. 1, jan/jul de 2008. ISSN 1982-7490. pp. 117-127.

CERLETTI, Alejandro A. **Ensino de Filosofia e filosofia do ensino médio**. In: Gallo, Sílvio. Conrnelly, Gabriele. Danelon, Márcio (organizadores). Filosofia do ensino de filosofia. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. Vol. VII.

CEPPAS, Filipe. OLIVEIRA, Paula R. de. SARDI, Sérgio A. **Ensino de Filosofia formação e emancipação**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **O que é filosofia?** Editora 34. Rio de Janeiro, 1992.  
DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 3 ed. São Paulo. Futura. 1998.

FÁVERO, A. A.; KOHAN, W. O.; RAUBER, J. J. (orgs.). **Um olhar sobre o ensino de filosofia**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

GALLO, Silvio. Educação, Ideologia e construção do sujeito. Disponível em: [www.educacaoonline.pro.br/educacao\\_ideologia.asp?f\\_id\\_artigo=183](http://www.educacaoonline.pro.br/educacao_ideologia.asp?f_id_artigo=183). Acesso em 03/12/2012.

GALLO, Silvio; KOHAN, Walter O. Filosofia no ensino médio. Petrópolis: Vozes, 2000.

GALLO, Sílvio. CORNELLI, Gabriele. DANELON, Márcio (orgs.). Filosofia do ensino de Filosofia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GALLO, Sílvio. DANELON, Márcio. CORNELLI, Gabriele. Ensino de Filosofia Teoria e Prática. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004.

GALLO, Sílvio. **Filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade**. Ethica, V.13, N.1, 2006.

\_\_\_\_\_, Sílvio. **Filosofia na educação básica: uma propedêutica à paciência do conceito**. In: RIBAS, Maria Alice Coelho et al. Filosofia e ensino: a filosofia na escola. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, - (Coleção filosofia e ensino; 7).

GELAMO, Rodrigo Peloso. **O ensino da filosofia no limiar da contemporaneidade : o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia?**. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009

\_\_\_\_\_, Rodrigo Peloso. O ensino de Filosofia no Brasil: um breve olhar sobre algumas das principais tendências no debate entre os anos de 1934 a 2008. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 24, n. 48, p. 331-350, jul./dez. 2010. ISSN 0102-6801.

\_\_\_\_\_. **A especificidade do ensino de Filosofia: em torno de conceitos**. In: PIOVESAN, Américo. EIDT, Celso. GARCIA, Claudio Boeira. HEUSER, Ester Maria Dreher. FRAGA, Paulo Denisar (organizadores). Filosofia e ensino em debate. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. Coleção filosofia e ensino. p. 193-209

\_\_\_\_\_. **Chegou a hora da filosofia**. Educação, ano 15 – n.º 173, p.15, setembro/2011.

\_\_\_\_\_. **Deleuze & a Educação**. Coleção Pensadores e educação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONÇALVES, Rita de Athayde. **Um estudo sobre a formação inicial do professor de Filosofia: desafios e perspectivas atuais**. In: RIBAS, Maria Alice Coelho et al. (orgs). Filosofia e ensino: a filosofia na escola. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. (Coleção filosofia e ensino; 7).

GOVERNO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica Filosofia**. Jam3 Comunicação: 2008, Paraná.

GUIDO, Humberto Aparecido de Oliveira. **A filosofia no Ensino Médio: uma disciplina necessária**. In: GALLO, Sílvio e KOHAN, Walter Omar (orgs.). Filosofia no ensino médio. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Vol VI.

JOSÉ, Elena Teresa. **Licenciatura ou bacharelado e outras fragmentações no ensino de filosofia**. In: KOHAN, Walter O. (organizador). Filosofia Caminhos para seu Ensino. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 100-132

LIMA, Walter Matias. **Considerações sobre a filosofia no ensino médio brasileiro**. In: GALLO, Sílvio e KOHAN, Walter Omar (org). Filosofia no ensino médio. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Vol VI.

MATOS, Junot Cornélio. **O ensino de filosofia e a formação de professores**. In: Gallo, Sílvio. Connelli, Gabriele. Danelon, Márcio (organizadores). Filosofia do ensino de filosofia. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. Vol. VII. p. 174-187

MARCONDES, Danilo. **É possível ensinar a filosofia? E, se possível como?**. In: KOHAN, Walter O. (org). Filosofia: caminhos para seu ensino. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MARTINS, Marcos F. **Uma nova filosofia para um novo Ensino Médio**. In: GALLO, Sílvio e KOHAN, Walter Omar (org). Filosofia no ensino médio. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Vol VI.

MAZAI, Noberto. **Trajetória do ensino de Filosofia no Brasil**. Disciplinary Scientia. Série: Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, V.2, n.1, p.1-13, 2001. Disponível em: [http://www.derphilosopher.supralus.com/\\_dwld/free/artigo\\_10.pdf](http://www.derphilosopher.supralus.com/_dwld/free/artigo_10.pdf). Acesso em: 16/01/2012.

MOSTAFA, Solange Puntel. CRUZ, Denise Viuniski da Nova. **Para ler a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

NUNES, Cesar. **A filosofia ajuda cada um a pensar por si mesmo**. Mundo Jovem, Porto Alegre: PUCRS, n. 402, p. 5, nov. 2009.

PAIM, Antonio. **História das ideias filosóficas do Brasil**. 6. ed. Londrina: edições humanas, 2007.

OBIOLS, Guilherme. Uma introdução ao Ensino da Filosofia. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

SILVEIRA, Renê José Trentin. O afastamento e o retorno da Filosofia ao segundo grau no período pós-64. Pro-Posições. Vol. 5, nº 3[15], nov de 1994.

SOUZA, José Francisco das Chagas; CIRINO, Maria Reilta Dantas. **O retorno da Filosofia ao Ensino Médio: conquista e desafios.** In: I Seminário Nacional do Ensino Médio – SENACEM: história, mobilização perspectivas, 2011, Mossoró. Anais do I Seminário Nacional do Ensino Médio – SENACEM: história, mobilização perspectivas, 2011, Mossoró.

UFAL/ICHCA. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Filosofia.** Maceió, 2006.

UFAL. **Histórico da UFAL.** Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/institucional/historico>. Acesso em: 16/01/2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível.** 24. ed. Campinas/SP: Papirus, 2008. . – Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

## APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**Tema: Os desafios de se pensar filosoficamente o ensino de Filosofia no Ensino Médio.**

Pesquisadora: Maria de Lourdes Vieira  
Orientador: Prof. Dr. Walter Matias Lima

### ROTEIRO DA ENTREVISTA COM PROFESSOR DE FILOSOFIA

1. Qual a sua formação acadêmica?

---

---

---

2. Tem pós-graduação? Qual?

---

---

---

3. Qual a perspectiva de realizar pós-graduação na área específica de Filosofia?

---

---

---

---

---

---

4. Quanto tempo tem de experiência em sala de aula com a disciplina de Filosofia?

---

---

---

---

---

---

---

---

5. Como se deu a sua escolha para o ensino de Filosofia?

---

---

---

---

---

---

---

---

6. Qual a carga horária de trabalho? E quantas turmas leciona?

---

---

---

---

---

---

---

---

7. Qual a sua situação funcional na escola? (Concursado, Contratado/Monitor)

---

---

---

---

---

---

---

8. Como você caracteriza o aluno do ensino médio?

---

---

---

---

---

---

---

---

9. Para você, o que é ensinar e ensinar filosofia?

---

---

---

---

---

---

---

---

10. A filosofia é uma disciplina própria do pensamento?

---

---

---

---

---

---

---

---

11. O que é pensar filosoficamente?

---

---

---

---

---

---

---

---

12. Geralmente, quais recursos didáticos você utiliza para ensinar filosofia e por quê?

---

---

---

---

---

---

---

---

13. Como é feita na escola a organização curricular da disciplina de Filosofia? O que prioriza: temas filosóficos ou história da filosofia?

---

---

---

---

---

---

---

---

14. É feito o planejamento das aulas? De quanto em quanto tempo?

---

---

---

---

---

---

15. O plano de aula é construído de acordo com o projeto político pedagógico?  
De que maneira é feita essa elaboração do plano de aula?

---

---

---

---

---

---

16. A partir dos assuntos indicados pelo professor, este acata sugestões de assuntos dos estudantes?

---

---

---

---

---

17. Como é possível integrar a Filosofia com as demais disciplinas? Como?

---

---

---

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**Tema: Os desafios de se pensar filosoficamente o ensino de Filosofia no Ensino Médio.**

Pesquisadora: Maria de Lourdes Vieira  
Orientador: Prof. Dr. Walter Matias Lima

**QUESTIONÁRIO - ALUNOS**

1. Você gosta das aulas de Filosofia? Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

2. O que você espera das aulas de filosofia?

---

---

---

---

---

3. Dos conteúdos vistos na disciplina de Filosofia, quais você mais gosta? Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

4. Para você o que é a Filosofia?

---

---

---

---

---

5. Você acredita que a Filosofia auxilia na formação dos jovens? Justificar a resposta.

---

---

---

---

---

6. Para você o que seria filosofar?

---

---

---

---

---

7. Você compreende os conteúdos da aula de Filosofia? Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

8. Você consegue filosofar? Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

9. Você já utilizou o que aprendeu em filosofia para questões de sua vida? Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---